



# Universidade de Brasília

FACULDADE DE DIREITO - FD

RAFAEL NELSON BRAGA EIRAS

**A COMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
PARA A CONFEÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE  
OCORRÊNCIA DA LEI 9.099/95**

Brasília  
2017

RAFAEL NELSON BRAGA EIRAS

**A COMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
PARA A CONFEÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE  
OCORRÊNCIA DA LEI 9.099/95**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Carlos Frederico de Oliveira Pereira

Brasília  
2017

RAFAEL NELSON BRAGA EIRAS

**A COMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
PARA A CONFEÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE  
OCORRÊNCIA DA LEI 9.099/95**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Carlos Frederico de Oliveira Pereira

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Carlos Frederico de Oliveira Pereira (Orientador)

---

Professor Me. Welliton Caixeta Maciel

---

Professora M.<sup>a</sup> Gisela Aguiar Wanderley

## RESUMO

A presente pesquisa monográfica pretende reconhecer a Polícia Militar do Distrito Federal como órgão competente para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência. O tema tornou-se relevante para a comunidade do Distrito Federal, quando o histórico de desentendimentos entre esta instituição militarizada e a Polícia Civil do DF ganhou mais um capítulo. A PMDF nunca havia lavrado um Termo Circunstanciado, porém, atendendo à recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o 4º Batalhão de Polícia Militar do Guará no dia 15/09/2016 confeccionou o primeiro termo circunstanciado da corporação. Esse fato foi o motivo para a escolha do objeto de pesquisa desta monografia. Além disto, como problemática secundária, a pesquisa procura definir que o conceito de autoridade policial do artigo 69 da Lei nº 9.099/95 é de grande amplitude, não se restringindo apenas à polícia judiciária. A pesquisa ainda procura mostrar que o termo circunstanciado definido na Lei dos Juizados Criminais, não possui a finalidade precípua de ser um instrumento de investigação criminal, mas apenas um documento de autuação sumária dos delitos de menor potencial ofensivo. Importante destacar, que esta pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, e o procedimento da pesquisa foi respaldado na revisão bibliográfica. Sendo que a utilização de jurisprudências e atos normativos do Poder Judiciário, foi considerada fundamental para o embasamento das argumentações. Como conclusão, percebeu-se que é extremamente vantajoso para a comunidade do Distrito Federal a confecção, pela PMDF, dos termos circunstanciados. Entretanto, o interesse corporativista de associações de delegados poderá inviabilizar essa prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Termo Circunstanciado de Ocorrência; Autoridade Policial; Crime de Menor Potencial Ofensivo; Polícia Judiciária; Investigação Criminal

## **ABSTRACT**

The present monographic research intends to recognize the Military Police of the Federal District as competent body for the drafting of the Circumstantiated Occurrence Term. This theme became relevant to the community of the Federal District, when the history of disagreements between this militarized institution and the DF Civil Police won another chapter. Until then, the PMDF had never drawn up a Circumstantiated Term, however, following a recommendation from the Public Ministry of the Federal District and Territories, the 4th Military Police Battalion of Guará on September 15, 2016 made the first detailed term of the corporation. This fact was the reason for choosing the research object of this monograph. Moreover, as a secondary problem, the research seeks to define that the concept of police authority in article 69. of Law n. 9.099/95 is of great magnitude and is not restricted to the judicial police alone. The research also seeks to show that the detailed term defined in the Criminal Courts Act does not have the primary purpose of being a criminal investigation instrument, but only a document of summary assessment of offenses of lesser offensive potential. It is important to highlight that this research used the qualitative approach, and the research procedure was the bibliographical review. Being that the use of jurisprudence and normative acts of the Judiciary Branch, was considered fundamental for the base of the arguments. As a conclusion, it was perceived that it is extremely advantageous for a community of the Federal District to make PMDF terms. However, the corporate interest of commissioners associations may make this practice unfeasible.

**KEYWORDS:** Circumstantial Occurrence Term; Police Authority; Offenses Offensive Potential Crime; Judicial Police; Criminal Investigation

## **LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

CBMDF – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CP – CÓDIGO PENAL

CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

CTB – CÓDIGO DE TRâNSITO BRASILEIRO

CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

DF – DISTRITO FEDERAL

HC – HABEAS CORPUS

IP – INQUÉRITO POLICIAL

IPM – INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

JECRIM – JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

MG – MINAS GERAIS

MP – MINISTÉRIO PÚBLICO

MPDFT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PC – POLÍCIA CIVIL

PF – POLÍCIA FEDERAL

PM – POLÍCIA MILITAR

PMDf – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PR - PARANÁ

PRF – POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TCO – TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TJPE – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

TJRS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TJSC – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 ATIVIDADE POLICIAL NO BRASIL .....	11
1.1 Histórico .....	11
1.1.1 A polícia na história antiga .....	11
1.1.2 A polícia na idade média .....	12
1.1.3 A polícia na era moderna e contemporânea .....	13
1.1.4 A polícia no Brasil .....	14
1.2 Atual estrutura das forças de segurança no ordenamento jurídico brasileiro .....	16
1.3 Polícia na administração pública .....	20
1.3.1 Poder de polícia .....	20
1.3.2 Polícia administrativa .....	22
1.3.3 Polícia judiciária .....	23
1.3.4 Inquérito policial .....	24
1.4 Estrutura da Polícia Militar do Distrito Federal .....	26
2 JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS .....	28
2.1 HISTÓRICO .....	28
2.2 Princípios processuais dos juizados especiais criminais .....	31
2.2.1 Princípio da oralidade .....	31
2.2.2 Princípio da simplicidade .....	32
2.2.3 Princípio da informalidade .....	33
2.2.4 Princípios da economia processual e celeridade .....	34
2.3 Termo circunstanciado de ocorrência .....	35
2.4 Infrações de menor potencial ofensivo .....	38
2.4.1 Aplicações aos crimes de trânsito .....	40
2.4.2 Aplicações aos crimes de abuso de autoridade .....	41
2.4.3 Aplicações aos crimes da lei de drogas .....	42
2.4.4 Inaplicação da competência do Juizado Criminal à Lei Maria da Penha .....	42
2.5 Conceito de autoridade policial .....	43
3. POSICIONAMENTOS DE TRIBUNAIS ESTADUAIS, STJ E STF .....	49
3.1 Estado de Santa Catarina .....	50
3.1.1 Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina .....	50
3.1.2 Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina .....	51
3.2 Estado do Rio Grande do Sul .....	51

3.3 Estado de Pernambuco .....	52
3.4 Superior Tribunal de Justiça .....	54
3.5 Supremo Tribunal Federal .....	56
4. CONFECÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA PELA PMDF .....	59
4.1 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios .....	59
4.2 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de conclusão de curso procurou responder alguns questionamentos. Qual o conceito de autoridade policial na Lei. 9.099/95? O que é um termo circunstanciado de ocorrência? Quais as diferenças entre o termo circunstanciado e o inquérito policial? O termo circunstanciado possui caráter de investigação criminal? A polícia militar é competente para confeccionar o termo circunstanciado de ocorrência?

Desde a edição da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o conceito de autoridade policial definido em seu artigo 69 vem sendo objeto de debate entre os operadores do direito.

Quando se trata do inquérito policial, previsto no título II do Código de Processo Penal, a autoridade de polícia responsável pela condução deste procedimento é o Delegado de Polícia Federal ou Civil, conforme a determinação da Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, que “Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia”.

Entretanto, o objetivo da Lei dos Juizados Especiais Criminais não foi de apenas repetir um procedimento moroso que já se encontra previsto no CPP, mas sim de reinventar a “Justiça Menor”, conforme a afirmação na exposição de motivos da Lei 9.099/95. Ou seja, a essência dos Juizados Especiais é a busca pela agilização e desburocratização dos procedimentos que envolvem os crimes de menor potencial ofensivo.

Sendo assim não seria razoável conferir a confecção do termo circunstanciado de ocorrência apenas ao Delegado de Polícia. A autoridade policial prevista neste texto legislativo é mais ampla, abarcando assim a Polícia Militar.

No Distrito Federal há uma histórica divergência entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil, sendo que no ano de 2016 essa disputa teve mais um episódio. Atendendo à recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e

Territórios, o 4º Batalhão de Polícia Militar do Guará lavrou o primeiro termo circunstanciado da corporação.

Entretanto, em junho do ano de 2017, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios editou o provimento nº 11, autorizando a PMDF confeccionar o termo de ocorrência. Porém, o condicionou à homologação do Delegado de Polícia.

Esse provimento, em suas considerações preambulares, afirma que aguardará a decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5637, que trata especificamente da temática desta pesquisa.

Este trabalho apresenta-se dividido em 4 capítulos. No primeiro, faz-se um breve estudo da atividade policial no Estado Brasileiro, traçando um histórico das instituições policiais na história antiga, idade média e era contemporânea, além do histórico das instituições policiais no Brasil. Ainda no primeiro capítulo faz-se uma análise das forças de segurança mencionadas na Constituição Federal, previsão legal da Polícia Militar do Distrito Federal e análise do conceito “poder de polícia”.

No segundo capítulo, analisamos a Lei nº 9.099/95, trazendo um detalhamento dos princípios informadores dos Juizados Criminais, estudo do termo circunstanciado de ocorrência, o conceito das infrações de menor potencial ofensivo e sua aplicação em algumas legislações extravagantes.

No terceiro capítulo, apresentamos a forma com que alguns Estados brasileiros lidaram com a confecção dos TCO's pelos policiais militares, além dos posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, no quarto capítulo, abordamos diretamente a situação do Distrito Federal e dos posicionamentos divergentes entre o TJDF e o MPDF.

# 1 ATIVIDADE POLICIAL NO BRASIL

## 1.1 Histórico

A ideia geral de Estado, tal como entendido nos dias atuais, possui como objetivo primordial promover o bem estar de sua população, estabelecendo regras que garantam as liberdades individuais, mas que ao mesmo tempo possibilite a vontade dos interesses da maioria. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado garante os interesses do indivíduo, ele deve subordinar tais interesses às finalidades da comunidade.<sup>1</sup>

Para que se exerça o poder de polícia, o respeito ao princípio da legalidade é fundamental. Portanto, para que seja legítimo o exercício deste poder, é necessário o amparo estatal através de seus órgãos e seus agentes administrativos.<sup>2</sup>

### 1.1.1 A polícia na história antiga

Neste tópico da monografia, poucas referências foram encontradas, restando praticamente restrita aos estudos do Professor Ricardo Lemos Thomé, que assim se manifestou:

A História Antiga não permite a análise científica das primeiras organizações policiais. Jean-François Champollion (1790-1832), orientalista francês que decifrou os hieróglifos egípcios e autor das 'Cartas sobre o Egito e Núbia' narra a existência, naquela região, desde tempos remotos, de uma polícia repressiva e auxiliar da instrução pública (com julgamento secreto), cuja acusação era dever cívico das testemunhas. Menés, primeiro Rei do Egito e unificador do país dizia que a polícia é 'o principal e o maior bem de um povo'. Os antigos gregos dispunham de um processo onde havia um direito popular de acusação ao magistrado que pedia indícios e testemunhas dos fatos, impondo caução para que o acusador não desistisse do feito. Já conheciam os gregos os institutos da prisão preventiva e liberdade provisória e restringiam o direito de acusação quando determinada infração em si lesava mais o interesse particular do que os da sociedade. Os hebreus sentiram a necessidade de uma guarda constante nos depósitos de alimentação enquanto vagueavam pelo deserto. Já em Jerusalém, dividiram a cidade em quatro partes e confiaram a vigilância delas a um Intendente de Polícia. Os romanos evoluíram de uma polícia sem qualquer organização para uma força repressiva sujeita à forma solene. Ao longo de sua história, podemos identificar diferentes estruturas voltadas para as atribuições de polícia:

---

<sup>1</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 09

<sup>2</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 10.

510 a.C - Queda da Monarquia - Estabelecimento da República. Senado e o Povo exercem a jurisdição criminal, sendo o Cônsul um magistrado, eleitos por um ano. Este Cônsul partilhava com outro o poder de exercer as atribuições de polícia.

388 a.C - Surgem o Pretor, como magistrado e encarregado da justiça e os inspetores, como auxiliares de polícia.

300 a.C - Admissão da Plebe em todas as magistraturas. Formação da administração em triunvirato (associação de três políticos para o exercício da autoridade). O princípio estendia-se, inclusive, à segurança pública.

31 a.C - Otávio assume o nome de Augusto e passa a governar como Imperador, sob a aparência republicana. Surgem o “proefectus vigilum” e o “proefectus urbi”, que conheciam dos crimes que não eram punidos com pena capital e eram assistidos por quatorze curadores. Subordinando-se aos curadores, estavam os agentes policiais que deveriam investigar os crimes e prender os autores, proceder a interrogatórios, buscas e apreensões e esclarecer tudo formalmente e por escrito, remetendo os autos à autoridade competente.<sup>3</sup>

### 1.1.2 A polícia na idade média

Já no período compreendido como idade média, o Professor Ricardo Thomé faz a constatação de algumas unidades, que podem ser reconhecidas como policiais, no Reino Unido, na Espanha e em Portugal, sendo que esta última logicamente repercutiu no processo de formação das instituições de segurança pública que o Brasil possui atualmente.

A polícia espanhola estava organizada já no século XI, através das “hermandades” que se dedicavam a perseguir os criminosos.

A polícia inglesa atuava através dos “constables” no século XII. É conhecida a história não comprovada de “Robin Hood”, que serve para ilustrar, entretanto, a existência dos “ladrões de estrada” e da força policial dos feudos, organizada e comandada por “xerifes”.

A organização policial portuguesa pode ser identificada já no ano de 1020, baseada em documento conhecido como “Fuero de Leon”, quando D. Afonso V, Rei de Castella, estabeleceu e implantou regras de administração policial, entre outras, para serem obedecidas na cidade de Leão e que foram observadas em outras vilas e lugares. D. Diniz, em 1279, ordenou a Lei das Pontarias que previa a possibilidade da prisão dos malfeitores por Alcaides, Juizes, Alzavis, Comendadores e Meirinhos, O Rei Fernando I, de Portugal (1367 - 1383), criou em 12 de setembro de 1383 o “Regimento de Quadrilheiros” com o objetivo de conter os assaltos nas estradas. No final do período histórico, em 1446, surgem as Ordenações Afonsinas, seguindo-se as Manoelinas (1521 - 1603) e Filipinas (1603 - 1867), todas as legislações que trataram do processo penal. Na época do descobrimento do Brasil, estavam em vigor, em Portugal, as Afonsinas.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 10-11.

<sup>4</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 11-12.

### 1.1.3 A polícia na era moderna e contemporânea

Já no período da idade moderna, observa-se o surgimento de uma garantia processual relevante, que é o nascimento do sistema acusatório formal, que nada mais é que a investigação criminal prévia e o contraditório diferido. Ou seja, antes de uma acusação formal perante um órgão julgador, a instituição competente realizava a apuração do delito perpetrado. Tal surgimento foi previsto na Ordenação Criminal de Luiz XIX.<sup>5</sup>

Constatando os fatos históricos mais recentes, percebe-se com clareza que a polícia evoluiu para a condição de polícia científica. Sendo que sua função primária, enquanto auxiliar do poder judiciário, é a de realizar investigações criminais, esclarecer as infrações penais e sua autoria. Além disso, entende-se que a polícia não é mais um instrumento de repressão estatal, mas uma instituição de garantia das liberdades individuais e coletivas do povo. Também é importante o destaque à criminologia, que obteve seu status de ciência atrelada às atividades policiais, o reconhecimento dos efeitos que o meio ambiente gera no comportamento humano e o incentivo à educação social como fator preventivo da criminalidade. Estes são alguns aspectos que modificaram o trabalho policial.<sup>6</sup>

Utilizando os fatos históricos trazidos na doutrina do jurista Ricardo Thomé, podemos registrar alguns fatos contemporâneos relevantes aos estudos da evolução histórica das instituições policiais:

Napoleão estabelece definitivamente o sistema acusatório formal, através do Código de Instrução Criminal de 1808, logo difundido por toda a Europa e chegando à América Latina através da Venezuela.

Em 1829, na Inglaterra, policiais passaram a patrulhar as ruas de Londres em trajes civis, com objetivo de convencer ao povo que não eram soldados e sim homens próprio povo encarregados de sua proteção. Em 1842, alguns policiais abandonaram definitivamente os uniformes para assumirem a função de investigadores.

Em 1933, nos Estados Unidos da América identificou-se pela primeira vez a expressão “Crime Organizado”, com o surgimento dos “gangsters” e quadrilhas que financiavam a prática de crime visando vantagens patrimoniais. É célebre a história de Al Capone e da reação do governo norte-americano que formou uma estrutura repressiva com competência

---

<sup>5</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária.** p. 12.

<sup>6</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária.** p. 12-13.

federal para reprimir o crime organizado (Federal Bureau of Investigations - FBI).

Na Espanha, em 15 de março de 1940, houve a fusão da “Guarda Civil” com os “Carabineros”, dando origem ao “Cuerpo de La Guardia Civil”, com missão policial, rural e fiscal.

O tráfico ilícito de substâncias entorpecentes; a informatização em todos os níveis (correio eletrônico, internet); os crimes econômicos entre nações; o aumento da população mundial; a comercialização de material bélico (notadamente armas portáteis); a facilidade nas comunicações das quadrilhas internacionais; o sistema financeiro mundial comprometido com as atividades ilícitas e a falsificação de moeda são alguns exemplos de macrocriminalidade que os governos enfrentam atualmente, sem considerar as questões domésticas envolvendo violência contra a pessoa, a vida e o patrimônio.<sup>7</sup>

#### *1.1.4 A polícia no Brasil*

O Estado brasileiro foi deixado à revelia por Portugal nos trinta primeiros anos de seu descobrimento, sendo que o Rei Dom Emanuel cuidou apenas da instalação de algumas “feitorias” que asseguravam a propriedade e laboravam para o reabastecimento de embarcações e para a fiscalização e o impedimento das ocorrências de contrabando, num arcaico sistema policial que era confundido com a defesa econômico-militar da terra.<sup>8</sup>

Somente no ano 1530 o Rei Dom João III enviou uma expedição ao Brasil, com três missões. A finalidade era explorar o litoral brasileiro, desde o Maranhão até o rio da Prata, impedir o comércio dos demais países colonizadores, além de fundar as primeiras Vilas, com a finalidade de colonização.<sup>9</sup>

Com a nomeação do Governador-Geral Tomé de Sousa regularizou-se e estabilizou-se os pontos defensivos do litoral, proporcionando a efetiva formação e fixação de populações no território brasileiro. Nessa fase histórica, a ação militar em defesa da posse, a função policial e a função de julgar não estavam separadas. Subordinados aos Juízes ordinários estavam os “meirinhos”, com função de oficial de justiça; os “jurados”, que prestavam juramento e passavam a cumprir os deveres de polícia e os “vintaneiros”, que eram os policiais das localidades. Os

---

<sup>7</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 13.

<sup>8</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 14.

<sup>9</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 14.

“quadrilheiros” faziam policiamento interno das Vilas, em favor da ordem pública. Havia ainda o “alcaide” e os “carcereiros”.<sup>10</sup>

Com a vinda da família Real de Portugal para o Brasil, inevitavelmente a atividade econômica floresceu, aumentando assim as demandas sociais, entre elas a segurança pública. De acordo com o Professor Ricardo Lemos Thomé, podemos descrever que a legislação processual penal brasileira, evoluiu da seguinte maneira:

Alvará do Rei de Portugal, de 25 de junho de 1760 - Regulou a atividade policial preventiva e repressiva. O alvará utilizou as expressões “Delegados de Província”, “comissários constituídos nas cabeças de Comarcas”, “réus de delito” e “autuando-os em processos”.

Alvará do Rei de Portugal, de 15 de janeiro de 1780 - Dispôs sobre a polícia de segurança e tranquilidade pública e uma verdadeira polícia.

Alvará de 10 de maio de 1808 - Criou a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, para o cumprimento de normas da legislação criminal, empregando o vocábulo “Delegado” para designar a autoridade policial da Província, que representava o Intendente Geral. Ratificou e fez observar no Brasil os dois Alvarás editados em Portugal e referidos anteriormente.

O primeiro registro histórico associado à Polícia Militar é datado de 13 de maio de 1809, praticamente um ano após a criação da polícia judiciária, quando foi instituída a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia para “prover a segurança e tranquilidade desta heróica e mui leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. Muito tempo depois, o Ato Adicional à Constituição, promulgada em 25 de março de 1824, instituiu a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro e dos demais Estados, com características de milícias particulares dos Presidentes das Províncias. A justificativa do Príncipe Regente para a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia afirmava que deveria ter “possível semelhança daquela que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa”.

Lei 261, de 3 de dezembro de 1841, instituiu o Código de Processo Penal do império e criou no município da Corte e em todas as Províncias, um Chefe de Polícia e os respectivos Delegados de Polícia e subdelegados, nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes das Províncias, com a competência de “vigiar e providenciar sobre tudo que pertence à prevenção dos delitos e manutenção da segurança e tranquilidade pública” e “remeter todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtidos sobre um delito, com a exposição do caso e suas circunstâncias”.

O Decreto 120, de 31 de janeiro de 1842, que regulamentou a Lei 261, mencionou expressamente a criação da Delegacia de Polícia como hoje a conhecemos, quando afirmou que “Na Corte e nas Capitais das Províncias mencionadas no Art. 5º, haverá uma casa privativamente destinada para o expediente ordinário de polícia”.

Já no ano de 1871, houve nova Reforma Processual, através da Lei 2.033 e do Decreto 4.824, separando a polícia judiciária da Justiça e instituindo o Inquérito Policial, como diligência necessária à denúncia ou à queixa e que consistia “em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzida a instrumento escrito”.

<sup>10</sup>THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p.15.

Decreto 50-A, de 07 de dezembro de 1889, criou o Conselho de Intendência Municipal e dispôs sobre segurança, polícia administrativa, inspetor de quartelão e sobre o processo de contravenção.

Decreto 200-A, de 08 de fevereiro de 1890, instituiu o Regulamento Eleitoral e mandou que as Comissões Eleitorais das Comarcas fossem integradas pelo Juiz Municipal, pelo Presidente da Câmara e pelo Delegado de Polícia.

Decreto 847, de 11 de outubro de 1890, estabeleceu o Código Penal.

Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941, estabeleceu o Código de Processo Penal e a Lei 3.931, de 11 de dezembro de 1941, que dispôs sobre a Lei de Introdução ao Código de Processo Penal.

Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1941, instituiu o Código Penal Brasileiro; Decreto-Lei 3.688, de 03 de outubro de 1941, estabeleceu a Lei de Contravenções Penais e o Decreto-Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941, dispôs sobre a Lei de Introdução ao Código Penal e à Lei de Contravenções Penais.

Decreto 66.862/70 e os Decretos-Lei 667 e 1.072/69 impuseram a formação de uma polícia civil e de uma polícia militar, a primeira com função de polícia judiciária e a segunda, fardada e reserva do Exército, para exercer o policiamento ostensivo.<sup>11</sup>

Em suma, esse é o breve histórico das instituições policiais na história mundial e a história brasileira. Sendo que ele foi apresentado para demonstrar como as competências das instituições policiais evoluíram ao longo dos anos.

## **1.2 Atual estrutura das forças de segurança no ordenamento jurídico brasileiro**

A base legal das forças de segurança no Brasil está descrita no capítulo 3 (Da Segurança Pública), do título 5 (Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas) da Constituição Federal de 1988.

Importante trazer a redação completa do art. 144 da CF e seus incisos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Levando em conta os objetivos de pesquisa desta monografia de conclusão de curso, os comentários serão restritos às polícias judiciárias e administrativas, conceitos esses que serão detalhados nos próximos tópicos.

<sup>11</sup> THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. p. 15-16.



Conforme o ensinamento do Professor Paulo Tadeu Rodrigues Rosa:

O campo de atuação de cada força policial foi delimitado na Constituição Federal para se evitar conflitos de competência, que prejudicam os administrados. O esforço do legislador ao enumerar as atribuições de cada corporação policial não impediu a ocorrência de eventuais confrontos no exercício das atividades de segurança pública.<sup>12</sup>

Importante mencionar, que tais confrontos entre as forças de segurança no que tange a distribuição de competências, poderiam ser sanados com a regulamentação através de Lei Complementar. Previsão esta que se encontra no parágrafo 7º do art.144 da CF.

Art. 144. § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Avançando nos comentários, a polícia judiciária da União, Polícia Federal (PF), possui suas competências expressas no próprio texto constitucional. Por exemplo, compete à PF apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo as disposições legais.

Também compete à PF exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, além de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, art. 144, §1º, incisos II e III do texto constitucional.

A investigação das infrações penais expressas no parágrafo anterior, também pode ser realizada pelas polícias civis dos Estados.

Já o parágrafo 4º, também do art. 144, da Constituição Federal, assim diz:

---

<sup>12</sup> RODRIGUES ROSA, Paulo Tadeu. **Forças policiais no sistema constitucional**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16178-16179-1-PB.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Às polícias civis dos Estados, compete uma função residual à Polícia Federal, logo, tudo que não é competência da PF será competência da Polícia Civil. Importante ressaltar que as polícias judiciárias tanto no âmbito da União quanto no âmbito Estadual, não possuem competência para a apuração das infrações penais militares.

Quanto às polícias administrativas expressamente previstas na Constituição Federal, temos a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Ferroviária Federal e as polícias militares (PM) dos Estados.

Os seguintes parágrafos do art. 144 da CF, tratam das polícias ostensivas:

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Relativamente a Polícia Rodoviária Federal, o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 12 de setembro de 1997 - no seu art. 20, dispõe que são de competência da PRF: cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; além de outras.

Pelo texto constitucional e pelo Código de Trânsito Brasileiro, percebe-se a evidência de que a PRF é uma típica polícia preventiva

A Polícia Ferroviária Federal, do mesmo modo que a PRF, lhe é atribuída a função de polícia preventiva, só que com relação às ferrovias federais. Porém é importante mencionar, que até os dias de hoje, tal instituição nunca foi de fato criada. Há apenas sua previsão constitucional, mas nenhum órgão com tal incumbência, no âmbito da União, foi criado para esse tipo de policiamento.

Das demais instituições enumeradas pelos incisos do art. 144 da CF, restam apenas as policiais militares e o corpo de bombeiros dos Estados. Quanto ao corpo de bombeiros militar, não serão tecidos maiores comentários, pois como a própria constituição Federal define: “aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (art. 144, §5º da CF).

No que diz respeito à Polícia Militar, o Professor Paulo Tadeu assim se pronuncia:

A Polícia Militar possui competência ampla na preservação da ordem pública que, engloba inclusive a competência específica dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles, a exemplo de suas greves e outras causas, que os tornem inoperantes ou ainda incapazes de dar conta de suas atribuições, pois, a Polícia Militar é a verdadeira força pública da sociedade. Bem por isso as Polícias Militares constituem os órgãos de preservação da ordem pública para todo o universo da atividade policial em tema de ordem pública e, especificamente, da segurança pública.<sup>13</sup>

No tópico seguinte será abordado o conceito de poder de polícia no Direito Administrativo. A abordagem é importante para demonstrar como as instituições policiais são divididas em polícia judiciária e administrativa. Além disso, serão tecidos comentários sobre a diferenciação das polícias militares com as demais polícias preventivas descritas neste tópico.

---

<sup>13</sup> RODRIGUES ROSA, Paulo Tadeu. **Forças policiais no sistema constitucional**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16178-16179-1-PB.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

### 1.3 Polícia na administração pública

#### 1.3.1 Poder de polícia

Hely Lopes Meirelles entende que o poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para subordinar e delimitar o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, para o benefício da coletividade ou do próprio ente estatal.<sup>14</sup>

A administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, comunga da conceituação de Hely Lopes, entretanto vai além, ao afirmar que o interesse público que norteia o poder de polícia é de certo modo setorizado, “daí a divisão da polícia administrativa em vários ramos: polícia de segurança, das florestas, das águas, de trânsito, sanitária etc.”<sup>15</sup>

Agora, a própria existência deste poder é justificada pela clássica antinomia: entre os cidadãos que desejam gozar de todos os direitos que o ordenamento jurídico coloca à sua disposição, e entre a Administração Estatal, que possui como função restringir o gozo desses direitos em função do interesse público.

O conceito legal de poder de polícia é tratado no art. 78 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)  
Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

---

<sup>14</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. p. 182.

<sup>15</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**.

Segundo a interpretação conjunta entre os art. 145, II, da CF e art. 77 do CTN, a razão da conceituação do “poder de polícia” se encontrar no Código Tributário Nacional, é de que o exercício desse poder ser um dos fatos geradores para a cobrança da taxa. Entretanto, essa definição do poder de polícia é utilizada para todo o ordenamento jurídico brasileiro, não se restringindo ao Direito Tributário.

Importante ainda, trazer à discussão a divisão didática realizada pelo jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, dividindo o poder de polícia em um sentido amplo e sentido estrito.

Como sentido amplo, Bandeira de Mello assim fala:

A atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade ajustando-as aos interesses coletivos designa-se “poder de polícia”. A expressão, tomada nesse sentido amplo, abrange tanto atos do Legislativo e do Executivo. Refere-se, pois, ao complexo de medidas do Estado que delineia a esfera juridicamente tutelada da liberdade e da propriedade dos cidadãos. Por isso, nos Estados Unidos, a voz “police power” reporta-se sobretudo às normas legislativas através das quais o Estado regula os direitos privados, constitucionalmente atribuídos aos cidadãos, em proveito dos interesses coletivos.<sup>16</sup>

Agora, levando em conta o sentido mais estrito, Bandeira de Mello assim se posiciona:

Quando se relacionando unicamente com as intervenções quer gerais e abstratas, como regulamentos, quer concretas e específicas (tais as autorizações, as licenças, as injunções), do Poder Executivo destinadas a alcançar o mesmo fim de prevenir e obstar ao desenvolvimento de atividades particulares contrastantes com os interesses sociais.<sup>17</sup>

O jurista afirma que essa acepção mais limitada corresponde ao conceito de “polícia administrativa”, que justamente é o próximo tópico deste capítulo.

---

<sup>16</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. p. 840.

<sup>17</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. p. 840.

### 1.3.2 Polícia administrativa

A divisão do poder de polícia, de modo geral na doutrina, ocorre com a subdivisão entre polícia administrativa e polícia judiciária. Especificamente a polícia judiciária será tratada em tópico específico.

Segundo José Cretella Júnior: “a polícia administrativa é a que tem por objetivo tomar providências e fazer respeitar todas as medidas necessárias para a manutenção da ordem, da segurança e salubridade pública” <sup>18</sup>

Além disso, Cretella Júnior entende que o serviço público constitui o objeto primordial desta espécie de polícia. Afirma que a polícia administrativa pode ser dividida em tantos ramos quantos sejam as especialidades da administração.<sup>19</sup>

Cretella segue afirmando que a polícia administrativa também pode ser reconhecida como polícia preventiva. Pois ela exerce as atividades de forma *a priori*, ou seja, se antecipa aos acontecimentos, procurando assim evitar que ocorram perturbações. Tem por finalidade impedir as infrações à lei e manter a ordem pública e a paz social em cada lugar em que deva agir. Além da preservação da segurança pública, ela protege os direitos que envolvam a liberdade, a vida e a propriedade. À polícia administrativa ou preventiva incumbe, em geral, a vigilância, a proteção da sociedade, a manutenção da ordem e tranquilidades públicas, bem assim assegurar os direitos individuais e auxiliar a execução dos atos e decisões da justiça e da administração.<sup>20</sup>

Trazendo essa temática administrativista ao estudo desta pesquisa de monografia, entende-se importante distinguir a diferença que a polícia militar possui quando relacionada às demais instituições elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

---

<sup>18</sup> CRETELLA JÚNIOR, J. **Polícia e poder de polícia**. p. 14.

<sup>19</sup> CRETELLA JÚNIOR, J. **Polícia e poder de polícia**. p.14.

<sup>20</sup> CRETELLA JÚNIOR, J. **Polícia e poder de polícia**. p. 15.

A Polícia Militar é o órgão com incumbência precípua de exercer o policiamento preventivo, como se vê do art. 144, § 5o da CF. Para a incumbência dessa missão constitucional a PM realiza o policiamento de forma visível ao cidadão, daí porque deve ser, pelo mesmo dispositivo, ostensivo, ou seja, fardado. Outras instituições policiais realizam policiamento preventivo, como a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal e a guarda civil. No entanto, a PM nesse tema, tem competência residual no policiamento preventivo, ou seja, no policiamento da ordem pública, a Polícia Militar. Por exemplo, se em uma rodovia federal não existir polícia rodoviária fazendo o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, pode e deve a Polícia Militar fazê-lo.

### *1.3.3 Polícia judiciária*

Ainda utilizando os ensinamentos de Cretella Júnior, ele assim afirma: “A polícia judiciária investiga os delitos que a polícia administrativa não conseguiu evitar que se cometessem, reúne as respectivas provas e entrega os autores aos tribunais encarregados pela lei de puni-los”.<sup>21</sup>

A polícia judiciária possui essencialmente o caráter repressivo, ou seja, ela age repressivamente após o cometimento de delitos em que ela seja competente para apurar. Além disso, possui a função de auxiliar o Poder Judiciário entregando o conjunto de provas que indiquem a autoria e a materialidade dos ilícitos penais.

Levando em conta o ordenamento jurídico brasileiro, não podemos indicar a Polícia Civil de um Estado nem a Polícia Federal como sendo puramente polícias judiciárias. Elas seriam mais o caso de uma polícia mista, pois além das típicas funções repressivas e investigativas, também funções administrativas. Os exemplos que podemos citar no âmbito da PF é a emissão de passaportes, policiamento marítimo, polícia de fronteira e de aeroportos, o que foge totalmente do conceito puro de polícia judiciária. Já no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados, temos a clássica função administrativa de emissão de cédulas de identificação.

Portanto, Brandão Cavalcanti mostra que:

---

<sup>21</sup> CRETELLA JÚNIOR, J. **Polícia e poder de polícia**. p. 16.

A divisão, embora aceita pela generalidade dos autores, merece ser criticada, porque dificilmente será possível estabelecer distinção perfeita entre as duas categorias de polícias. A verdade é que, mesmo dentro de determinada manifestação do poder de polícia, a medida pode revestir-se ou de carácter administrativo, ou puramente policial, quer a sua finalidade seja a tranquilidade pública, quer o cumprimento de um regulamento administrativo. A classificação interessa, por conseguinte, mais à natureza da medida, do que propriamente à esfera dentro da qual deve agir a autoridade.<sup>22</sup>

#### *1.3.4 Inquérito policial*

No capítulo 2 será explicado todo o passo a passo para a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência nos moldes da lei 9.099/95. Porém, para o entendimento de como se dá a confecção do TCO, o pesquisador desta monografia julgou ser importante uma breve explicação acerca do inquérito policial (IP).

O IP é um procedimento tradicional e completo realizado pela polícia judiciária que possui a finalidade de embasar a denúncia do Ministério Público (MP) com as provas de autoria e materialidade do fato delituoso.

O conceito do inquérito policial, de acordo com o Professor Guilherme de Souza Nucci: “é um procedimento preparatório da ação penal, de carácter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria”.<sup>23</sup>

Algumas das características do inquérito policial são: a) ser um procedimento dispensável, ou seja, possui carácter meramente informativo, conforme o entendimento do art. 39, §5º do CPP; b) é um procedimento escrito (art. 9º do CPP); c) possui carácter sigiloso (art. 20 do CPP) e d) é de carácter inquisitivo, uma vez que não permite o contraditório pela pessoa investigada.

Quanto à característica inquisitorial do inquérito policial, o jurista Fernando da Costa Tourinho Filho assim fala:

<sup>22</sup> CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Tratado de Direito Administrativo**. p. 10-11.

<sup>23</sup> NUCCI, Guilherme de Sousa. **Manual de processo penal e execução penal**. p. 102.



É verdade que o inciso LV do art. 5º da CF dispõe que ‘aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os recursos a ela inerentes’. Nem por isso se pode dizer seja inquérito contraditório. Primeiro, porque no inquérito não há acusado; segundo, porque não é processo. A expressão processo administrativo tem outro sentido, mesmo porque no inquérito não há litigante, e a Magna Carta fala dos ‘litigantes em processo judicial ou administrativo’.<sup>24</sup>

Após a elucidação de algumas características do inquérito policial, conduzido pela polícia judiciária, considera-se importante trazer a redação do art. 6º do Código de Processo Penal, uma vez que o termo circunstanciado de ocorrência não possui um roteiro prévio de diligências, afastando-se assim da característica de ser um instrumento de investigação criminal, como defendido pelas associações de delegados que movem ações no Poder Judiciário.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

Eugênio Pacelli, comentando esse artigo, faz a seguinte exposição:

Cumpridas as exigências previstas no art. 5º, isto é, da manifestação de vontade daquele legalmente autorizado nas ações penais públicas condicionadas e nas ações penais privadas, ou, independentemente (de ofício, portanto) dela, nas hipóteses de ação pública incondicionada, a autoridade policial deverá iniciar a coleta de material comprobatório da prática da infração penal, cumprindo-lhe, então, ouvir as pessoas que

<sup>24</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. p. 120.

tenham conhecimento dos fatos, apreender todo o material que tiver com eles qualquer conexão, bem como determinar a realização de perícia nos objetos e instrumentos utilizados e relacionados ao crime, desde que necessários para a constatação de quaisquer circunstâncias relevantes ao seu esclarecimento (perícias nos objetos utilizados na prática da infração, nos objetos materiais do crime).<sup>25</sup>

Conforme se denota do procedimento do inquérito policial, ele é demorado, bastante amplo e de certo modo não seria adequado para os crimes de menor potencial ofensivo, uma vez que tais delitos exigem uma menor complexidade para sua resolução.

Importante aqui dizer que para os crimes militares também existe um procedimento administrativo que contribuirá para a elucidação da autoria e da materialidade do fato delitivo. Entretanto, a autoridade competente para presidir o Inquérito Policial Militar (IPM) será uma autoridade militar, diferente de um inquérito comum, que será uma autoridade civil.

A finalidade do IPM está descrita no Código de Processo Penal Militar:

Art. 9º O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

Parágrafo único. São, porém, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código.

#### **1.4 Estrutura da Polícia Militar do Distrito Federal**

Como já mencionado no tópico 1.2 desta pesquisa, a Polícia Militar é um dos órgãos previstos no rol do art. 144 da Constituição Federal. Além disso, o parágrafo 6º deste mesmo artigo assim afirma:

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

---

<sup>25</sup> PACHELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. p. 31.

Isso significa, que caso haja a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio, ou no caso de o Brasil envolver-se numa guerra declarada, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) poderão ser requisitados pelo Exército Brasileiro para exercerem funções diferentes do policiamento ostensivo, no caso da PM, e da atividade de defesa civil, no caso do CBM.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), pode-se dizer que é a mais peculiar de todas as polícias militares do país. Uma vez que a própria União é quem a mantém e a organiza. Tal previsão encontra-se na CF, que assim diz:

Art. 21. Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Ou seja, diferentemente das outras polícias militares que possuem sua previsão nas Constituições Estaduais, a PMDF possui sua previsão na própria Constituição Federal, e, além disso, todos os recursos necessários para o pagamento de pessoal e manutenção da instituição vêm dos cofres da União.

Somando-se aos artigos supracitados da CF, podemos acrescentar o art. 42, que assim é redigido:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

Com esse artigo, estabelece-se que a Polícia Militar do Distrito Federal terá como pilares a hierarquia e a disciplina, da mesma forma em que são aplicados ao Exército Brasileiro.

Por determinação expressa do parágrafo primeiro do art. 42 da CF, estabelece-se que a PMDF possua um estatuto próprio. Mantendo assim a simetria estabelecida por toda a Constituição Federal, onde os servidores públicos civis possuem um próprio estatuto enquanto os militares possuem outro adequado às suas peculiaridades.

Tal estatuto foi criado pela Lei 7.289, de 18 de dezembro de 1984. O que pode ser desconcertante nesse momento é o fato de uma Lei Federal reger uma instituição que é tipicamente estadual. Entretanto, a justificativa da PMDF possuir um estatuto normatizado por Lei Federal encontra-se no próprio art. 21 da CF, acima transcrito.

Importante frisar, que além do Estatuto dos Policiais Militares do DF, as seguintes Leis Federais se aplicam à corporação do Distrito Federal: Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 (Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências); Lei nº 6.477, de 1º de dezembro de 1977 (Dispõe sobre o conselho de Disciplina na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências); Lei nº 6.577, de 30 de setembro de 1978 (Dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências); Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000 (Estabelece normas gerais para a prestação de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências); Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 (Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências) e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 (Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal).

## **2 JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**

### **2.1 HISTÓRICO**

O art. 98 *caput* da Constituição Federal de 1988, juntamente com seu respectivo inciso I assim determina:

Art. 98:

I - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Como nos anos 80 já havia grande interesse dos Estados pela busca de uma Justiça mais consensual e célere, o Estado do Mato Grosso do Sul tornou-se pioneiro na realização de estudos para a criação de um texto legislativo em que se concretizasse o mandamento constitucional.

Dito isso, o Estado do Mato Grosso do Sul passou a empreender estudos a respeito dos Juizados Especiais Criminais, e, finalmente em 1990, pela primeira vez no Brasil surgiu uma lei disciplinando o tema. Tratava-se da Lei estadual nº 1.071, de 11 de julho. Seu art. 69 dizia serem de menor potencial ofensivo os crimes dolosos punidos com reclusão até um ano, ou detenção até dois anos, os crimes culposos e as contravenções. Mais tarde, seguiu-lhe as pegadas o Estado da Paraíba, com a Lei 5.466/91, cujo art. 59 definia as infrações de menor potencial ofensivo, adotando o mesmo critério do legislador mato-grossense.<sup>26</sup>

É evidente que a legislação estadual não poderia definir o conceito de infrações de menor potencial ofensivo. Pois a inconstitucionalidade é manifesta, conforme a própria disposição do inciso I do art. 98 da CF, acima transcrito. Na época tentou-se corrigir esse erro. A professora Elenice Pereira Carille, em maio de 1991, impetrou, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, o Habeas Corpus nº 27.678-2/91, postulando a ineficácia de uma decisão de Turmas de Recursos, inclusive por entender inconstitucional a lei que ali instituiu o Juizado Especial Criminal. Seu pedido teve o endosso do eminente Procurador Wagner Crepaldi. Malgrado todo esse esforço, aquele eminente sodalício deu pela constitucionalidade.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. p. 7.

<sup>27</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. p.8.

Entretanto, mesmo antes das implementações dos Juizados Criminais nos estados, através de leis estaduais inconstitucionais, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e outros juristas, empenhavam-se na elaboração de um projeto legislativo a ser analisado e aprovado pelo Congresso Nacional. Em 1989, o Deputado Federal Michel Temer, de São Paulo, acolhendo um estudo da Professora Ada Pellegrini Grinover e de membros do Ministério Público e da Magistratura, sob o feitiço de projeto, apresentou-o a Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 1.480/89. Foi seu relator o Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, da bancada mineira. Coincidentemente, fora ele, também sorteado como Relator de um projeto da lavra do então Deputado Nelson Jobim a respeito dos Juizados Especiais Cíveis. Praticamente, sem qualquer alteração, sugeriu o eminente Relator que os dois projetos se fundissem, de molde a constituir um só diploma. A final, após marchas e contramarchas, em 26/09/1995, aquele projeto se converteu na Lei. nº 9.099, tendo sido estabelecida a *vacatio legis* de sessenta dias.<sup>28</sup>

Sendo assim, no dia 26 de setembro de 1995 foi publicada a Lei 9.099 que “Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

Para Ada Pellegrini, a simplicidade da Lei 9.099/95 significa uma verdadeira transformação no sistema processual-penal do Brasil, pois foi criado um sistema de singular de justiça penal consensual que não encontra paralelo no direito comparado.<sup>29</sup>

A Constituição da República no já citado artigo 98 já trazia os conceitos de transação penal e a conciliação, porém, com a nova lei dos Juizados Especiais Criminais resultou-se “em maior inovação do que se previa, pois trouxe um modelo de processo consensual e, além da transação e conciliação, elenca outras medidas despenalizadoras, como a suspensão condicional do processo e a representação para o delito de lesões corporais leves e culposas”.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. p. 8.

<sup>29</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995**. p. 35.

<sup>30</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais: o procedimento sumaríssimo no processo penal**. p. 1.

## 2.2 Princípios processuais dos Juizados especiais criminais

Segundo o professor Polastri Lima, “trata-se dos chamados critérios orientadores da nova Justiça Consensual, ou seja, do Juizado Especial Criminal”.<sup>31</sup>

O Professor Mirabete faz a seguinte ressalva quanto aos princípios orientadores dos Juizados Criminais:

Além do respeito aos princípios gerais do processo, alguns de caráter constitucional (juiz natural, contraditório, ampla defesa, igualdade entre as partes, etc.) de aplicação obrigatória em todas as ações penais, impõe a lei 9.099/95 que o juiz se utilize no caso concreto desses critérios no que se relaciona com as ações penais de competência dos Juizados Especiais, em harmonia ou mesmo com prevalência sobre outros, no interesse da adequada aplicação da lei. Impondo a adoção dos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade aos procedimentos previstos na Lei nº 9.099/95 está se dando cumprimento ao dispositivo constitucional que prevê para eles um ‘procedimento oral e sumaríssimo’ (art. 98, I). Procura-se na lei, e esse também deve ser o objetivo do juiz, a harmonização do procedimento sumário, inclusive em nível transacional, com as garantias do devido processo legal.<sup>32</sup>

### 2.2.1 Princípio da oralidade

Este princípio preconiza a adoção da forma oral no tratamento da causa, ou seja, a afirmação de que as declarações perante os magistrados e tribunais possuem mais efetividade quando elaboradas de modo falado, sem que se exclua por completo, naturalmente, a utilização do modo redacional, fundamental na documentação de todo o processo. Ao impor essa metodologia, quis o legislador aludir não à exclusão do procedimento escrito, mas à superioridade da forma oral à escrita na condução do processo.<sup>33</sup>

Como exemplo da supremacia do princípio da oralidade na Lei dos Juizados Criminais, observamos o art. 69 que determina a redução à termo circunstanciado de ocorrência pela autoridade policial que tiver conhecimento da ocorrência. Do mesmo modo, observa-se a inteligência do parágrafo terceiro do art. 65, que assim diz:

---

<sup>31</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais: o procedimento sumaríssimo no processo penal**. p. 26.

<sup>32</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação**. p. 22.

<sup>33</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação**. p. 22-23

“Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente”.<sup>34</sup>

Também, como representantes do princípio da oralidade, temos os seguintes artigos da referida lei 9099/95.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

O Professor Mirabete afirma ainda que alguns outros princípios complementares decorrem do princípio da oralidade, tais como o princípio da concentração, do imediatismo, da identidade física do juiz e da irrecorribilidade das decisões.<sup>35</sup>

## 2.2.2 Princípio da simplicidade

Desse princípio, ensinando ainda o jurista Julio Fabbrini Mirabete, pretende-se diminuir ao máximo o volume de folhas que são apensadas ou anexadas à um processo, evitando-se, claro, que isso prejudique a qualidade da resposta

<sup>34</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais**: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. p. 74.

<sup>35</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**: comentários, jurisprudência, legislação. p. 23.



jurisdicional do Estado. Preza-se somente às informações consideradas essenciais para o desfecho do litígio.<sup>36</sup>

Como amostra do princípio da simplicidade, podemos transcrever o parágrafo 3º do art. 77 da Lei dos Juizados:

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

### 2.2.3 Princípio da informalidade

Esse princípio, informador dos Juizados Especiais, tornou-se consagrado com a edição do Código de Processo Civil de 2015. Para o professor Mirabete “o princípio da informalidade revela a desnecessidade da adoção no processo de formas sacramentais, do rigorismo formal do processo”.<sup>37</sup>

Do mesmo modo o Professor Polastri Lima afirma que: “só se poderá falar em nulidade com prejuízo manifesto, de maneira absoluta e não suprável por qualquer forma”.<sup>38</sup> Ou seja, apenas na hipótese em que ocorra um prejuízo para algumas das partes de um processo, e que esse prejuízo possa resultar numa nulidade absoluta é que poderia se falar na repetição de algum procedimento do processo. Caso fosse gerado alguma nulidade relativa, esse poderia ser suprida de alguma maneira alternativa, não sendo necessário a repetição de procedimentos.

Como protagonistas do princípio da informalidade, podemos destacar os seguintes artigos da Lei nº 9.099/95:

<sup>36</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**: comentários, jurisprudência, legislação p. 24.

<sup>37</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**: comentários, jurisprudência, legislação. p. 25.

<sup>38</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 27.

Art. 65, § 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

#### *2.2.4 Princípios da economia processual e celeridade*

Para a Professora Ada Pellegrini, o princípio da economia processual informa praticamente todos os critérios aqui analisados, estando presente em todo Juizado, desde a fase preliminar até o encerramento da causa: evita-se o inquérito; busca-se que o autor do fato e a vítima sejam desde logo encaminhados ao Juizado; pretende-se que, através de acordos civis ou penais, não seja formado o processo; para a acusação, prescinde-se do exame de corpo de delito; as intimações devem ser feitas desde logo; o procedimento sumaríssimo resume-se a uma só audiência.<sup>39</sup>

Importante notar, assim como os outros princípios possuem seus principais protagonistas, que o grande destaque dos princípios da economia processual e da celeridade é o art. 80 da 9.099/95:

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Desse modo, qualquer medida legal, que imprima velocidade ao procedimento deve ser admitido. Assim, há possibilidade da vítima e o autor do fato irem diretamente ao juizado, ou a ele serem encaminhados por policiais militares. Melhor seria, todavia, que nos Juizados permanecesse sempre uma autoridade policial, a qual poderia, de imediato, atender os envolvidos, dirigindo-os para a audiência de conciliação, ou, não sendo possível, agendando desde logo a data da audiência.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais**: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. p. 76.

<sup>40</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais**: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. p. 77.

A única ressalva a ser frisada é no que tange aos cuidados que o juiz deve possuir, com vistas à celeridade. Pois caso seja descuidado, poderá ofender os princípios constitucionais do processo como os do contraditório e da ampla defesa. Logo, não é cabível o atropelamento de diligências imprescindíveis para o esclarecimento da verdade real.<sup>41</sup>

### 2.3 Termo circunstanciado de ocorrência

Primeiramente, é importante trazer a redação da Lei 9.099/95 quanto ao termo circunstanciado de ocorrência:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Nesse tópico, será abordada a forma com que se é confeccionado o termo circunstanciado de ocorrência e qual é a sua conceituação para alguns doutrinadores.

Ao comentar o art. 69 da Lei dos Juizados, o professor Polastri Lima afirma que a persecução penal no Brasil é feita nos moldes do sistema da duplicidade de instrução, ou seja, comporta duas fases: investigação e ação penal, ao contrário de outros países, nos quais se adota o sistema da unidade, sem essa divisão.<sup>42</sup>

O TCO é uma verdadeira exceção à regra geral de investigação do processo penal brasileiro, que esta prevista no art. 5º, §5º, do Código de Processo Penal, que afirma “nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la”. Pois,

<sup>41</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**: comentários, jurisprudência, legislação. p. 27.

<sup>42</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 40.

em se tratando do delito de menor potencial ofensivo, não há que se falar em instauração de inquérito, e sim de termo circunstanciado.<sup>43</sup>

O Professor Polastri Lima, em sua obra, demonstra que é regra é de que quando o delito necessite de uma maior investigação, e que se exija a instauração do inquérito, a competência para o julgamento passa a ser do Juízo Criminal Comum. Tal fato ocorre, porque não compete aos juizados criminais o controle das devoluções dos inquéritos policiais à polícia judiciária, a fim de que sejam realizadas novas investigações ou diligências complementares. Pois tal prática colocaria em xeque a própria sistemática dos juizados criminais, que prioriza a celeridade.<sup>44</sup>

Seguindo a ideia de que caso o delito, mesmo sendo considerado de menor potencial ofensivo, ou seja, tenha a pena máxima cominada em até 2 anos, o Professor Polastri Lima firma que, deverá ser instaurado o inquérito policial, e não o termo circunstanciado. Ensejando assim o deslocamento de competência para o Juízo Criminal apropriado.<sup>45</sup>

As hipóteses que ensejariam a instauração de um inquérito podem ser ainda: quando não houver vítima e autor conhecidos, e quando o fato for complexo, necessitando de uma maior apuração.<sup>46</sup>

As ressalvas dos três parágrafos acima são justificáveis. Uma vez que, nos juizados especiais criminais é imperioso saber quem é a vítima e quem é o autor. Pois quando é o caso e uma ação penal pública, procura-se a prática da conciliação e da transação penal. Caso contrário, a competência também será da justiça comum.<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 41.

<sup>44</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 41.

<sup>45</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 41.

<sup>46</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 42.

<sup>47</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 42.

Ao abordar esse assunto, o Professor Mirabete afirma que a autoridade policial deve lavrar um termo circunstanciado da ocorrência, ou seja, elaborar um relato do fato tido como infração penal de menor potencial ofensivo. Esse termo de ocorrência não exige requisitos formalísticos, mas deve conter os elementos necessários para que se demonstre a existência de um ilícito penal, de suas circunstâncias e da autoria, citando-se de forma sumária o que chegou ao conhecimento da autoridade pela palavra da vítima, do suposto autor, de testemunhas, de policiais entre outros.<sup>48</sup>

Já no conceito de Damásio Evangelista de Jesus, o termo circunstanciado é um simples boletim de ocorrência de autuação sumária substituindo o inquérito policial, devendo ser sucinto e conter poucas peças, garantindo assim o exercício do princípio da oralidade.<sup>49</sup>

Damásio ainda afirma que a providência de requisitar os exames periciais necessários à elucidação do fato, além de obviamente poder ser requisitada pela autoridade policial, pode ser realizada pela própria Secretaria do Juizado, conforme a nona conclusão da Comissão Nacional de Interpretação da Lei. nº 9.099/95.<sup>50</sup>

Ainda utilizando os ensinamentos do Professor Damásio de Jesus:

Tratando-se de crime de ação pública dependente de representação, a autuação sumária e o encaminhamento das partes ao Juizado pela autoridade policial não ficam subordinados à representação do ofendido ou de seu representante legal. Assim, o policial pode tomar as providências previstas na disposição sem manifestação da vítima ou de seu representante legal. Tanto é que, não havendo conciliação na audiência preliminar, a palavra é dada ao ofendido para exercer o direito de representação. Logo conclui-se que a representação perante a autoridade policial não condiciona a autuação sumária e o encaminhamento das partes ao Juízo Especial.<sup>51</sup>

Agora abordando diretamente o conteúdo do parágrafo único do art. 69 da lei 9.099/95, o Professor Polastri Lima assim se pronuncia:

---

<sup>48</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais**: comentários, jurisprudência, legislação. p. 62.

<sup>49</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 37.

<sup>50</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 37.

<sup>51</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 38.

O parágrafo único do art. 69 traduz verdadeira causa excludente de prisão em flagrante, sendo que, se for o autor do fato imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso em comparecer ao mesmo na data em que se fizer necessário, não ficará sujeito à prisão em flagrante, não sendo nem mesmo exigido fiança.<sup>52</sup>

Importante destacar que a possibilidade de detenção do suspeito não foi abolida quando estiver na flagrância do cometimento do delito, pois uma coisa é a detenção em razão do flagrante, e a outra é o ato formal da prisão lavrado pelo delegado de polícia. Assim, conforme o dispositivo, apesar do estado de flagrância do agente, cumpridos os requisitos, não se lavrará o auto de prisão em flagrante e não se importará a prisão provisória que dela resulta, como não se exigirá fiança.<sup>53</sup>

O legislador, nesse ponto da lei, agiu corretamente, pois exigir prestação de fiança para infrações que não têm previsão de pena privativa de liberdade como cominação, ou que tenham pena cominada de até três meses, não seria razoável, e mesmo em crimes cuja pena seja até dois anos o agente teria direito à substituição por pena restritiva de direitos, caso não optasse antes pela conciliação ou transação penal e, assim, não se poderia decretar a prisão provisória para casos onde não se daria detração penal, ou com o perigo de prisão cautelar ser maior do que a efetiva pena aplicada.<sup>54</sup>

Após as argumentações trazidas e respaldadas por diversos doutrinadores, fica evidenciado que o TCO não possui em sua essência a investigação criminal, mas apenas o objetivo de relatar os fatos ocorridos e anotar o nome dos envolvidos. Encaminhando-os posteriormente ao Juizado Especial Criminal.

## 2.4 Infrações de menor potencial ofensivo

A íntegra do artigo 61 da Lei nº 9.099 de 1995 assim dispõe:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine

<sup>52</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 43.

<sup>53</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 43.

<sup>54</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 43.

pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.  
(Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Ao dispor a Constituição Federal, em seu art. 98, I, que os Estados poderiam criar Juizados Especiais Criminais para os delitos de pequeno potencial ofensivo, muito se discutiu o que se deveria considerar como tal, alguns entendendo que deveria ser considerada a pouca significância da lesão, outros a quantidade de pena e outros ainda a relevância do bem jurídico.<sup>55</sup>

Com a nova redação dada pela Lei nº 11.313 de 2006 ao artigo 61 da Lei dos Juizados Especiais:

Supera-se, finalmente, a discussão absurda, que se havia criado, na doutrina e na jurisprudência, entre o disposto no antigo artigo 61, considerando infração de menor potencial ofensivo a que tiver pena máxima de até um ano, e o art. 2º, parágrafo único, da Lei 10.259/2001, que instituiu o Juizado Especial Criminal Federal, tratando a infração de menor potencial ofensivo como aquela que possui pena máxima de até dois anos.<sup>56</sup>

Atualmente a competência dos juizados abrange crimes e contravenções com pena não superior a dois anos, independentemente de haver cumulação ou não com multa.

Apesar de não ser o tema desta monografia, é importante destacar que crime de menor potencial ofensivo não se confunde com os crimes de bagatela muito menos com o princípio da insignificância.

Outra mudança significativa trazida pela Lei 11.313/06 foi a inclusão nos crimes de menor potencial ofensivo os casos em que a lei determine a adoção de procedimento especial.

Polastri Lima ao comentar esse tema, assim fala:

Pela redação original, estariam fora do âmbito de admissibilidade dos juizados, além dos ritos previstos em leis especiais para crimes e contravenções, também os procedimentos previstos no CPP destinados a

---

<sup>55</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 17.

<sup>56</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. p. 779.

crimes com objetividade jurídica própria ou cometidos por certos agentes que exijam providências particulares no processamento que seriam incompatíveis com a celeridade e especial natureza do Juizado Especial, ou seja, os procedimentos classificados como especiais do Código de Processo Penal: procedimentos dos crimes contra a honra (exigem audiência de conciliação e exceção da verdade na calúnia), propriedade material (perícia prévia) e crimes cometidos por funcionário público (resposta prévia e julgamento liminar).<sup>57</sup>

Entretanto, mesmo a própria Lei. 9.099/95 prevendo como crime de menor potencial ofensivo aqueles que demandam ritos próprios, algumas hipóteses continuam sendo exceções a esta regra.

#### *2.4.1 Aplicações aos crimes de trânsito*

O art. 291, parágrafo único, do Código de Trânsito Brasileiro, havia estabelecido três espécies de infração penal, que podiam ser consideradas de menor potencial ofensivo, independentemente da pena em abstrato: eram os delitos previstos nos artigos 303, 306 e 308 da Lei. 9.503/97. Porém, com a edição da lei nº 11.705/2008 alterou-se esse cenário, conferindo nova redação ao art. 291, bem como excluindo do contexto das infrações de menor potencial ofensivo a embriaguez ao volante (art.306) e a participação em competição não autorizada (art. 308). Manteve-se como infração de menor potencial ofensivo apenas a lesão corporal culposa, desde que não estejam presentes quaisquer das situações descritas nos incisos I a III do §1º do art. 291 da Lei 9.503/97.<sup>58</sup>

Para o melhor entendimento deste tópico, foi transcrito abaixo a redação atual do art. 291 e parágrafos seguintes do CTB:

Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

§ 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.705, de 2008)

I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

<sup>57</sup> LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais**: o procedimento sumaríssimo no processo penal. p. 22.

<sup>58</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. p. 779 – 780.



II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente; (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora). (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, deverá ser instaurado inquérito policial para a investigação da infração penal. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Importante o destaque que nos crimes de trânsito em que o suspeito estiver sob a influência de álcool, participando de “rachas”, ou sob quaisquer outras circunstâncias enumeradas nos incisos do §1º do art. 291 do CTB, deverá ser instaurado o inquérito policial, e não o termo circunstanciado.

#### *2.4.2 Aplicações aos crimes de abuso de autoridade*

O professor Guilherme de Souza Nucci acredita na inviabilidade da aplicação da Lei 4.898/65 no âmbito de competências dos Juizados Especiais Criminais, devido ao fato dos crimes de abuso de autoridade possuir penalização em três esferas: administrativa, civil e penal. Seria inadequado que a transação envolvesse, por exemplo, a demissão de um funcionário público.

Do mesmo modo, o professor Cezar Roberto Bittencourt assinala:

O que impede que o crime de abuso de autoridade seja abrangido pela competência dos Juizados Especiais Criminais não é a previsão de procedimento especial - que agora é irrelevante -, mas a cominação de sanções especiais - perda de cargo e inabilitação para o exercício de função pública, que não são adequadas ao sistema de justiça consensual.<sup>59</sup>

Todavia, o posicionamento dos dois doutrinadores não corresponde ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na exaustiva jurisprudência encontrada, vê-se que cabe sim aos Juizados Especiais Criminais Estaduais ou Federais a competência para o julgamento do crime de abuso de autoridade, qualquer que seja a modalidade praticada. Os exemplos de jurisprudência são: conflito de competência nº 147889/RS; habeas corpus nº 127904/SC; habeas corpus

<sup>59</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais federais: análise comparativa das Leis 9.099/95 e 10.259/2001.** p. 53.

nº 163282/RO; habeas corpus nº 46212/MG; habeas corpus nº 81752/RS; recurso especial nº 744951/MG e recurso especial nº 550430/RS.

### *2.4.3 Aplicações aos crimes da lei de drogas*

Só é possível vislumbrar a aplicação da competência dos Juizados Especiais Criminais na hipótese do art. 28 da Lei 11.343/2006, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos artigos 33 a 37 da mesma lei de drogas:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Entretanto, o parágrafo 3º do artigo que tipifica o tráfico de drogas (art. 33), prevê como penalidade para quem “oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem” detenção de seis meses a um anos, e pagamento de 700 a 1500 dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28 da mesma lei. Ou seja, a pessoa que comete o delito previsto neste parágrafo também se submeterá ao procedimento previsto no inciso I, do art. 98 da Constituição Federal.

### *2.4.4 Inaplicação da competência do Juizado Criminal à Lei Maria da Penha*

O artigo 41 da Lei. 11.340/2006 assim dispõe:

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Portanto, independentemente da pena prevista, os casos que envolvam violência doméstica contra a mulher não serão tratados como crimes de menor potencial ofensivo.

Importante trazer as palavras do Professor Guilherme de Souza Nucci:

Devemos levar em conta que, havendo agressão contra a mulher, parte mais frágil fisicamente, como regra, na relação conjugal ou união estável, incide uma agravante à pena imposta ao marido ou companheiro agressor (art. 61, II, f, CP). É, mais uma vez, a aplicação da isonomia: tratar diferentemente os desiguais. Portanto, é justa a aplicação de maior pena ao mais forte e, muitas vezes, covarde. Levemos em consideração, ainda que, quanto à lesão corporal - crime que compõe o maior número de casos de violência doméstica ou familiar - já não se trata de infração de menor potencial ofensivo, pois sua pena máxima está fixada, a partir da Lei 11.340/2006, que modificou o art. 129, § 9º, do Código Penal, em três anos de detenção. Afasta-se, com isso, a possibilidade de transação. Entretanto, nesse caso, tendo em vista que a pena mínima é de três meses de detenção, o benefício da suspensão condicional do processo (art. 89, Lei 9.099/95) também não será aplicado em face do disposto no art. 41 da Lei Maria da Penha.<sup>60</sup>

## 2.5 Conceito de autoridade policial

Desde a publicação da Lei 9.099 de 1995, o conceito de autoridade voltou a ser questionado. É pacífico que a autoridade competente para a condução do Inquérito Policial nos moldes previstos no Código de Processo Penal (CPP) é o Delegado de Polícia, seja ele Civil ou Federal. Sendo que existe a previsão expressa na Lei nº 12.830/13.

Obviamente, quando do processo legislativo da Lei 12.830/13, foi enorme o *lobby* das associações de delegados para que tal projeto fosse aprovado pelo Congresso Nacional. Visando obviamente os interesses corporativistas e deixando o interesse público de lado. Porém, este não é o tema desta pesquisa.

Já a autoridade competente para presidir o Inquérito Policial Militar, será a autoridade militar de graduação ou posto superior ao indiciado.

Obviamente, não trataremos dos crimes da competência da Justiça Militar da União ou Estadual, pois há vedação expressa da aplicação dos procedimentos dos Juizados Especiais Criminais na Lei 9.099/95:

Art. 90-A. As disposições desta Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar. (Artigo incluído pela Lei nº 9.839, de 27.9.1999).

Voltando à temática do capítulo 2, o art. 69 da lei referida acima assim dispõe:

<sup>60</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. p. 1185 – 1186.

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Poderia se imaginar, que esse conceito de autoridade policial da Lei dos Juizados, seria aquele trazido pelo art. 304 do CPP:

Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto. (Redação dada pela Lei nº 11.113, de 2005).

Entretanto, nas palavras de Damásio de Jesus, vê-se o oposto:

A Lei que instituiu os Juizados Especiais Criminais, e que entrou em vigor no dia 26 de novembro de 1995, provocou verdadeira revisão de antigos conceitos e até tradicionais dogmas do processo. Assentada em dispositivo específico da CF, deve ser analisada à luz de princípios próprios. Não se trata de um novo rito processual; cuida-se de um novo sistema, com filosofia e princípios próprios. De fato, o art. 98, I, da CF, ao permitir a conciliação entre o Estado e autor do fato nas infrações penais de menor potencial ofensivo, revolucionou a sistemática até então reinante. A jurisdição conflituosa ficou reservada somente aos delitos de maior temibilidade (espaço de conflito). Consiste na obrigatoriedade de ampla defesa e do contraditório, ainda que contra a vontade do acusado, bem como na imprescindibilidade do processo como instrumento necessário à satisfação do *jus puniendi*. A denúncia ou queixa não podem ser oferecidas sem elementos probatórios que apontem, ao menos, a possibilidade de acolhimento da pretensão acusatória. Aplicam-se todos os princípios e garantias do devido processo legal, tais como do juiz natural, do duplo grau de jurisdição, da ampla defesa, do contraditório, da publicidade etc.<sup>61</sup>

Damásio afirma que a lei que instituiu os Juizados Especiais Criminais reconheceu a existência de um espaço de consenso. Logo o modelo tradicional de jurisdição conflitiva passou a conviver com um espaço de consenso, surgindo uma jurisdição compositiva.<sup>62</sup>

Damásio de Jesus segue afirmando que nesse novo modelo de jurisdição:

Objetivando a celeridade e a compensando com medidas despenalizadoras (não aplicação de pena privativa de liberdade), o novo modelo consagra a autonomia da vontade do autor do fato como mais relevante até o mesmo

<sup>61</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 44.

<sup>62</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 44 - 45.

do que antigas garantias processuais. Admite-se assim, que o infrator ou suspeito abra mão de algumas garantias constitucionais em prol de satisfazer outros interesses processuais, como, v.g., o de não sofrer o constrangimento de um processo criminal em virtude de uma infração de pouca monta. Nesse novo sistema criminal não se exige com o mesmo rigor a demonstração do *fumus boni iuris* para a propositura da ação penal. No lugar do inquérito policial ou peças de informação a lei permitiu o oferecimento de denúncia ou queixa com base apenas em um termo circunstanciado. Os princípios mais importantes, que passam a reger o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial Criminal, são os da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Com isso, todas as regras da Lei nº 9.099 deverão ser interpretadas visando a garantir esses princípios. Qualquer ilação contrária à informalidade, à celeridade, à economia processual etc. desvirtua-se da finalidade da Lei.<sup>63</sup>

“O legislador teve em mente reduzir a intervenção do Direito Penal e Processual Penal clássico para as infrações menores, a fim de permitir um controle mais eficiente da criminalidade grave, e, principalmente, do crime organizado”.<sup>64</sup>

Por fim, Damásio de Jesus tece os seguintes argumentos defendendo que o conceito de autoridade policial, para efeitos da lei 9.099/95 deve abranger o policial militar.

O art. 69 da Lei nº 9.099, ao dispor que ‘a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários’, busca agilizar o procedimento inquisitivo e, com isso, a prestação jurisdicional final. É inequívoco que o legislador, ao tratar do inquérito policial no Código de Processo, empregou a expressão ‘autoridade policial’ para designar os agentes públicos com poderes administrativos para a presidência do inquérito, lavratura de auto de prisão em flagrante, requisição de exames periciais, audiência de testemunhas, interrogatório do indiciado, reconhecimento de pessoas e coisas etc. Qual a razão? Ocorre que o inquérito policial constitui um procedimento público e oficial, embora dispensável, cuja função é a de oferecer elementos indispensáveis ao oferecimento da denúncia ou queixa. A função da polícia judiciária, que compreende toda a investigação e produção extrajudicial de provas, é conduzida por Delegado de Polícia de carreira e não policial militar. No caso da Lei nº 9.099, contudo, não existe função investigatória nem atividade de polícia judiciária. A lei, em momento algum, conferiu exclusividade da lavratura do termo circunstanciado às autoridades policiais, em sentido estrito. Trata-se de um breve, embora circunstanciado, registro oficial de ocorrência, sem qualquer necessidade de tipificação legal do fato, bastando a probabilidade de que constitua alguma infração penal. Não é preciso qualquer tipo de formação técnico-jurídica para se efetuar esse relato. Quanto à requisição de algum exame pericial, poderá ser feita pelo representante do Ministério Público. Seria uma superposição de esforços e uma infringência à celeridade e economia processual sugerir que o policial

<sup>63</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 45.

<sup>64</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. p. 45.

militar, tendo lavrado o respectivo talão de ocorrência, fosse obrigado a encaminhá-lo para o Distrito Policial, repartição cujo o trabalho se quis se aliviar, a fim de que o Delegado, após um período variável de tempo, repetisse idêntico relato, em outro formulário, denominado boletim de ocorrência. O policial militar perderia tempo, tendo de se deslocar inutilmente ao Distrito. O Delegado de Polícia passaria a desempenhar a supérflua função de repetir registros em outro formulário. O juizado não teria conhecimento imediato do fato.<sup>65</sup>

A conclusão do Professor Damásio de Jesus coincide com a da Comissão Nacional de Interpretação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, sob a coordenação da Escola Nacional da Magistratura e presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Sálvio de Figueiredo Teixeira. A 9ª conclusão indica que ‘a expressão atividade policial, referida no art. 69, compreende quem se encontra investido na função policial, podendo a Secretaria do Juizado proceder à lavratura do termo de ocorrência e tomar as providências previstas no referido artigo’. Do mesmo teor foi a conclusão do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, reunido em Vitória-ES, de 19 a 20 de outubro de 1995: ‘pela expressão autoridade policial se entende qualquer agente policial, sem prejuízo da parte ou ofendido levar o fato diretamente a conhecimento do Juizado Especial.’<sup>66</sup>

Pode-se ser ainda entendido que o próprio reconhecimento de policiais militares, ou dos integrantes das polícias administrativas descritas no rol do art. 144 da CF, proceda do próprio art. 98, inciso I, também da Constituição Federal, tendo em vista a conceituação de autoridade policial na Lei nº 9.099/95.

Neste inciso, determina-se que os juzados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Sopesando a determinação prevista no art. 144, §4º da CF, que assim diz: “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a

<sup>65</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juzados especiais anotada**. p. 45 – 46.

<sup>66</sup> JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juzados especiais anotada**. p. 48.

competência da União, as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares”, com a determinação do art. 98, inciso I, do mesmo texto constitucional, cujo teor foi descrito no parágrafo anterior, pode-se realizar um balanceamento destas duas regras constitucionais, através do princípio da proporcionalidade.

Não é o objetivo desta monografia, realizar um estudo do princípio da proporcionalidade em si, mas vale aqui trazer o breve comentário da Professora Eliana Descovi Pacheco:

O princípio da proporcionalidade é de grande valia, pois se pode utilizá-lo como o critério mais conveniente para solucionar conflitos, mas sempre priorizando para que venha desatender o mínimo possível o outro princípio.<sup>67</sup>

A professora segue afirmando que:

(...) o princípio da proporcionalidade, na sua formulação mais geral, em que requer ou exige apenas uma relação adequada entre meio e fim e que o dano que sobrevenha não esteja sem relação com o risco que deveria ser afastado, aparece como um princípio aberto, porque nestes casos não é indispensável uma avaliação adicional. Não se trata aqui de outra coisa senão da ideia da justa medida, do equilíbrio, que está indissociavelmente ligada à ideia de justiça.<sup>68</sup>

Além disso, Eliana Pacheco afirma:

O balanceamento entre os bens e valores tutelados pelos princípios constitucionais que se confrontam, implica exatamente no emprego do princípio da proporcionalidade em sua tríplice dimensão: adequação ou idoneidade, ou ainda, da conformidade; necessidade ou exigibilidade e por fim o da proporcionalidade em sentido estrito.<sup>69</sup>

Portanto, no que tange ao sub-princípio da adequação, trazendo de volta a temática desta monografia, reconhecer como autoridade policial, para fins da lei 9.099/95, parece ser o mais correto e que melhor atende o interesse público. Coadunando com a aplicação deste sub-princípio, a Professor Paulo Bonavides assim se pronuncia:

<sup>67</sup> DESCOVI PACHECO, Eliana. **A proporcionalidade enquanto princípio**. Âmbito Jurídico.

Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=artigos\\_leitura\\_pdf&artigo\\_id=4351](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4351)>

Acesso em: 19 out. 2017.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> Ibid.

A adequação é compreendida pela pertinência ou aptidão que, nos deve dizer se determinada medida representa o meio certo para levar a cabo um fim baseado no interesse público, conforme a linguagem constitucional dos tribunais.<sup>70</sup>

O sub-princípio da necessidade, nesse caso, se justifica, pois deixar de atender aos princípios informadores que a própria Lei. n° 9.099/95 traz, além do fato de que o termo circunstanciado não possui caráter de investigação criminal, como já foi abordado e será confirmado nas jurisprudências do capítulo 3 desta monografia, deixaria de atender ao melhor interesse público. Nessa toada, o Professor Guerra Filho afirma:

O princípio da necessidade, também conhecido como princípio da exigibilidade, da indispensabilidade, decorre da necessidade máxima, conforme a qual a intervenção apenas deve ocorrer quando for extremamente necessária à proteção do interesse público e ser a menor possível no que se refere aos direitos do indivíduo.

Por fim, o princípio da proporcionalidade *Stricto Sensu*, determinaria uma relação de custo-benefício, ou seja, as vantagens e desvantagens.

No caso concreto, esse sub-princípio seria justificado, uma vez que para a sociedade, além de possuir o agente de polícia judiciária para a confecção do TCO, poder contar com os policiais militares e demais agentes das polícias administrativas do rol do art. 144 da CF seria uma vantagem sem sombra de dúvida. Além do que, não haveria a desvantagem de se encaminhar o sujeito que cometesse uma infração de menor potencial ofensivo até uma delegacia de polícia, comprometendo o policiamento ostensivo da Polícia Militar.

Com a aplicação do princípio da proporcionalidade, sopesando os arts. 98, I e 144, §4° da Constituição Federal, vê-se que a autoridade policial não se restringirá às polícias judiciárias. Mas se ampliará esse conceito, englobando assim às polícias militares. Uma vez que os juizados devem adotar procedimentos que acelerem o atendimento jurisdicional e que se prevaleça o princípio da oralidade.

---

<sup>70</sup> BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. p. 360.



Ainda tratando desse tópico, acerca do conceito de autoridade policial, a Constituição Federal de 1988 não traz a definição de polícia administrativa, porém, expressamente, no capítulo III do Título V bem delimitou os órgãos de polícia relacionados à prevenção e repressão de crimes. Como se pleiteia o alargamento deste conceito no âmbito da Lei 9.099/95, a seguinte ressalva é necessária. É a esses que se deve restringir quando a Lei 9.099/95 se refere à autoridade policial, mas sempre observando a atribuição residual da polícia militar no tema policiamento preventivo. Afora os órgãos de polícia judiciária criminal - polícias civis e polícia federal - só poderia realizar o termo circunstanciado a PM que tem competência residual em matéria de policiamento preventivo. Os demais órgãos de policiamento preventivo, por exemplo, polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal, poderiam fazê-lo se no local não existir polícia militar.

A autoridade policial não poderia ser jamais, por exemplo, um fiscal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou um fiscal da Receita Federal, mais gravoso ainda se fosse um agente Departamento de Trânsito, ou seja, qualquer outra autoridade a exercer poder de polícia administrativa. Uma vez que a própria pertinência da 9.099/95 é de matéria processual penal, fugindo assim das autoridades administrativas comuns, ainda que exerçam o poder de polícia administrativa. Ou seja, somente as polícias atuantes na esfera penal, poderiam ser compreendidas como às autoridades do art. 69 da Lei dos Juizados Especiais Criminais.

### **3. POSICIONAMENTOS DE TRIBUNAIS ESTADUAIS, STJ E STF**

Especificamente neste capítulo, serão apresentados como ocorre a confecção dos termos circunstanciados de ocorrência em alguns Estados, onde tal atividade já se encontra regulamentada, além dos posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

### 3.1 Estado de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina foi escolhido devido ao sucesso na implantação em diversos municípios pela Polícia Militar na confecção dos Termos Circunstanciados de Ocorrência.

#### 3.1.1 Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

No ano de 1999 a Corregedoria do TJSC aprovou o Provimento nº 4, nos seguintes termos:

##### PROVIMENTO Nº 04/99

O Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 383 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização e orientação da Justiça de Primeiro Grau; CONSIDERANDO que "A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários (art. 69, da Lei 9.099/95);

CONSIDERANDO a necessidade da Justiça de Primeiro Grau conhecer e julgar todas as infrações penais de menor potencial ofensivo, cuja impunidade constitui germe de fatos mais graves;

CONSIDERANDO que a imprecisão acerca do conceito de autoridade policial pode prejudicar a investigação de um fato punível, embaraçando o funcionamento de parte da Justiça Criminal (CDOJESC, art. 383, IX);

CONSIDERANDO que todo policial, inclusive de rua, é autoridade policial (2ª Conclusão da Reunião de Presidentes de Tribunais de Justiça, Vitória/ES, 20/10/95);

CONSIDERANDO que autoridade policial compreende todas as autoridades reconhecidas por lei (9ª Conclusão da Comissão Nacional de Interpretação da Lei nº 9.099/95, da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, 10/95);

CONSIDERANDO que "A expressão autoridade policial", prevista no art. 69 da Lei nº 9.099/95 abrange qualquer autoridade pública que tome conhecimento da infração penal no exercício do poder de polícia" (1ª Conclusão da Confederação Nacional do Ministério Público, Júlio Fabbrini Mirabete, "Juizados Especiais Criminais, 2ª ed., Editora Saraiva, pág. 60);

CONSIDERANDO que, embora peça híbrida entre o boletim de ocorrência e o relatório do Inquérito Policial (Joel Dias Figueira Júnior e Maurício Antônio Ribeiro Lopes, "Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais", ed. RT., 2ª ed., pág.472), nada impede que a autoridade policial responsável pela lavratura do termo circunstanciado "seja militar" (Damásio E. de Jesus, "Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada", 2ª ed., Editora Saraiva, pág. 53);

##### RESOLVE:

Art. 1º - Esclarecer que autoridade, nos termos do art. 69 da Lei nº 9.099/95, é o agente do Poder Público com possibilidade de interferir na vida da pessoa natural, enquanto o qualificativo policial é utilizado para designar o servidor encarregado do policiamento preventivo ou repressivo.

Art. 2º - Ressalvando o parágrafo único do art. 4º do Código de Processo Penal, a atividade investigatória de outras autoridades administrativas, ex vi

do art. 144, parágrafo 5º, da Constituição da República, nada obsta, sob o ângulo correicional, que os Exmos. Srs. Drs. Juízes de Direito ou Substitutos conheçam de "Termos Circunstanciados" realizados, cujo trabalho tem também caráter preventivo, visando assegurar a ordem pública e impedir a prática de ilícitos penais.

Art. 3º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina possui um posicionamento consolidado desde o ano de 1999, quando expressamente reconheceu o Policial Militar, aquele responsável policiamento ostensivo, como competente para também confeccionar o Termo Circunstanciado de Ocorrência.

### *3.1.2 Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina*

Do mesmo modo que o Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina no ano de 2002 publicou o Parecer nº 229, sendo que iremos transcrever apenas a conclusão:

Diante do exposto percutientemente e sopesado o presente processo é de ser reconhecido que a lavratura do Termo Circunstanciado não é ato de polícia judiciária, pois desprovido de necessidade de investigação dos fatos nos moldes do inquérito policial e **a autoridade policial a que se refere o parágrafo único do art. 69 da Lei 9.099/95 é o policial civil ou militar**, exegese esta orientada pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade prescritos nos arts. 2º e 62 da citada lei e o art. 98, I, da Constituição Federal. (PARECER EXTRAÍDO DOS AUTOS ADI 3954 do Supremo Tribunal Federal).

Percebe-se que os posicionamentos do Tribunal de Justiça e da Procuradoria do Estado de Santa Catarina, coadunam com os argumentos já apresentados nesta pesquisa monográfica.

## **3.2 Estado do Rio Grande do Sul**

Debatendo sobre a temática desta pesquisa, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70014426563, assim julgou:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. ART. 69 DA LEI Nº 9.099-95. atribuição de competência à polícia militar com alegada ofensa aos arts. 129 e 133 da constituição estadual. ATO REGULAMENTAR. HIPÓTESE SUJEITA À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO POR

QUALQUER AUTORIDADE INVESTIDA EM FUNÇÃO POLICIAL. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA O ATO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Legitimidade *ad causam* da ASDEP-RS afirmada, porquanto preenchido o requisito da relação de pertinência entre o interesse específico da classe – Delegados de Polícia –, para cuja defesa a entidade proponente foi constituída, e o ato normativo que é arguido como inconstitucional. A Portaria SJS nº 172, de 16-11-2000, que atribui competência à polícia militar para lavratura de termos circunstanciados, tem fim interpretativo da legislação infraconstitucional (art. 69 da Lei nº 9.099-95). Ato regulamentar que mesmo indo além do conteúdo ou dos limites da lei, estaria a praticar mera ilegalidade, não inconstitucionalidade. Hipótese não sujeita ao controle concentrado da constitucionalidade. Precedentes do STF.

MÉRITO. Não verifica afronta à repartição constitucional das competências entre as polícias civil e militar. **Expressão autoridade policial referida no art. 69 da Lei nº 9.099/95 compreende quem se encontra investido em função policial, ou seja, a qualquer autoridade.** Ato que insere nas atribuições específicas do titular da Secretaria da Justiça e da Segurança, a quem é assegurada a competência sobre serviço policial militar e serviço policial civil (art. 8º, I, da Lei Estadual nº 10.356-95). Prévio acordo entre o Ministério Público e a Polícia Estadual é decorrência do limitado alcance regulamentar do ato, de modo a programar paulatinamente sua observância nas comarcas que estiverem preparadas para o cumprimento das ações concretas do órgão da Administração responsável pelos serviços policiais. Hipótese de improcedência do pedido.

À UNANIMIDADE, REJEITARAM A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA PROPONENTE. POR MAIORIA, VENCIDA A RELATORA, CONHECERAM DA AÇÃO DIRETA E, NO MÉRITO, JULGARAM IMPROCEDENTE O PEDIDO.

Importante ressaltar que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul foi pioneira, como força militarizada, na confecção de Termos Circunstanciados de Ocorrência. Sendo que há relatos que seu início ocorreu no ano de 1996 no município de Rio Grande - RS. Entretanto, a confecção dos TCO's ficou suspensa até a regulamentação no ano de 2000 pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Regulamentação essa que foi o objeto da ADI acima transcrita.

### 3.3 Estado de Pernambuco

Seguindo o mesmo *modus operandi* de outros entes federados, o Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, no ano de 2015, editou o seguinte provimento:

Provimento nº 23/2015

CONSIDERANDO que, a partir desse conceito de autoridade, e levando-se em conta a sistemática própria dos juizados especiais criminais, o termo autoridade policial, constante do art. 69 da Lei nº 9.099/99, pode ser interpretado com a mesma abrangência que o direito administrativo lhe confere, abarcando-se, assim, todos os órgãos de segurança pública listados no art. 144 da Constituição

Art. 1º. Autorizar os juízes de 1ª instância a conhecer de termos circunstanciados lavrados por quaisquer das instituições policiais listadas no caput do art. 144 da Constituição Federal.

§ 1º. Se o cargo ocupado pela autoridade que subscreveu o termo circunstanciado não tenha como requisito de ingresso a conclusão do ensino superior, será necessária homologação por superior hierárquico cujo cargo exija esse grau de escolaridade.

§ 2º. No âmbito da Polícia Militar, a homologação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser realizada por oficial da corporação.

Art. 2º. A remessa do termo circunstanciado ao juízo poderá dar-se por meio eletrônico que possibilite certificação de ciência.

Art. 3º. Caso haja necessidade de realização de exame pericial urgente, o policial à frente da ocorrência o providenciará junto ao órgão oficial competente, encaminhando o resultado ao juízo.

Art. 4º. Este Provimento entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação oficial. (Redação dada pelo Provimento nº 25/2015, DJe de 11/05/2015)

Recife, 03 de novembro de 2015.

Importante salientar que foi transcrito apenas um “considerando” do provimento nº 23/2015 do TJPE, pois transcrever as demais considerações preambulares geraria a repetição de argumentos já apresentados.

Agora no que tange a este provimento em si, dois novos entendimentos merecem destaque que serão discutidos nos parágrafos subsequentes.

O primeiro ponto de destaque é a de que caso o cargo ocupado pela autoridade que lavrou o TCO não exija nível superior, será necessária a homologação por superior hierárquico cujo cargo exija esse grau de escolaridade. No caso da de policiais militares, essa homologação poderá ser feita pelos oficiais da corporação.

Na Polícia Militar do Distrito Federal, desde a edição da Lei. nº 11.134/05, qualquer forma de ingresso na corporação o grau mínimo exigido é o de nível superior. Logo, caso esse entendimento fosse aplicado no Distrito Federal, qualquer policial militar poderia lavrar o TCO sem a necessidade de homologação posterior.

O segundo ponto de destaque é que o tal provimento reconhece que a autoridade policial da Lei 9.099/95 possui características do direito administrativo, conforme foi abordado no tópico 1.3.2 desta monografia.

Na sequência serão apresentados os posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Além destes Estados listados neste capítulo, outras unidades federativas implementaram ou estão em vias de implementar a confecção do TCO por suas polícias militares. Entretanto, com a finalidade de não tornar essa pesquisa demasiadamente extensa, optamos por selecionar as localidades onde adoção de tal procedimento foi considerada um sucesso.

### 3.4 Superior Tribunal de Justiça

Na pesquisa de jurisprudência realizada no STJ, diversas decisões dão o aval para a confecção dos termos circunstanciado de ocorrência pelos policiais militares.

No HC 7.199/PR, cuja ementa está transcrita abaixo, de acordo com o relatório do voto, o paciente foi autuado por fiscais da prefeitura de Guaratuba, e conduzido por policiais militares do Estado até um cartório da Polícia Militar, onde foi lavrado um termo circunstanciado, tendo o paciente se recusado a assinar o compromisso de comparecimento do art. 69, parágrafo único, da Lei. 9.099/95.

PENAL. PROCESSUAL PENAL. LEI N° 9.099/95. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. TERMO CIRCUNSTANCIADO E NOTIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA. ATUAÇÃO DE POLICIAL MILITAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

Nos casos de prática de infração penal de menor potencial ofensivo, a providência prevista no art. 69, da Lei n° 9.099/95, é da competência da autoridade policial, **não consubstanciando todavia, ilegalidade a circunstância de utilizar o Estado o contingente da Polícia Militar, em face da deficiência dos quadros da Polícia Civil.**

Habeas-corpus denegado.

Já no HC 316.687/MG que abaixo transcrevemos a ementa, o STJ entende que a Constituição Federal diferencia o conceito de polícia judiciária e polícia investigativa. Sendo que apenas esse primeiro conceito foi atribuído com exclusividade à Polícia Federal e à Polícia Civil. Portanto, no âmbito do TCO é plenamente possível, dentro da proporcionalidade aplicada aos crimes de menor potencial ofensivo, algumas atividades investigativas pelas polícias militares.

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DEFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. JUNTADA DE ACÓRDÃO RELATIVO A APENAS UM DOS TRÊS PACIENTES. NÃO CONHECIMENTO DA SÚPLICA EM RELAÇÃO A DOIS DELES. NULIDADE. INVESTIGAÇÕES E BUSCA E APREENSÃO

DOMICILIAR REALIZADAS PELA POLÍCIA MILITAR. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. GRANDE QUANTIDADE DE MACONHA E COCAÍNA.

1. Impetrada a ordem de habeas corpus em favor de três pacientes, mas devidamente instruído o processo apenas em relação a um deles, a súplica, em relação aos outros dois não merece conhecimento, pois não trazido nenhum julgamento colegiado, não se sabendo nem se teria havido julgamento da causa pelo Tribunal de origem.

2. **A Constituição da República diferencia as funções de polícia judiciária e de polícia investigativa, sendo que apenas a primeira foi conferida com exclusividade à polícia federal e à polícia civil, evidenciando a legalidade de investigações realizadas pela polícia militar e da busca e apreensão por aquela corporação realizada, mediante ordem judicial.**

3. O princípio da presunção de inocência cede espaço para a prisão cautelar quando, como no caso, demonstrada periculosidade concreta nas ações do paciente que foi denunciado por ter em depósito expressiva quantidade de drogas (mais de 140 quilos de maconha e 70 papелotes de cocaína).

4. Em tal contexto, está demonstrada a necessidade do encarceramento cautelar, para assegurar a ordem pública, seriamente ameaçada com as suas ações, de clara e concreta nocividade.

5. Impetração conhecida apenas em relação ao paciente Alexandre Gonçalves de Oliveira e denegada.

O argumento destacado em negrito na ementa do acórdão acima, não é majoritário, entretanto serve para embasar a ideia embrionária de uma polícia militar de ciclo completo, iniciando-se pelo reconhecimento, em nível nacional, de que a autoridade policial da Lei 9.099/95 também abarca os policiais militares. Obviamente, o estudo de ciclo completo de polícia é alheio aos objetivos desta monografia. Porém, esta pesquisa poderá servir de base para uma futura pesquisa de mestrado deste pesquisador.

Voltando às decisões do STJ, como último Habeas Corpus a ser apresentado, entendemos a importância de ressaltar um argumento já trazido nesta pesquisa monográfica. Argumento esse de que o titular da ação penal é o Ministério Público, sendo totalmente dispensável para a ação penal o inquérito policial ou o termo circunstanciado. Ou seja, os termos circunstanciados estão sujeitos ao controle final, tanto pelo magistrado quanto pelo representante do MP, podendo este, na hipótese de eventual insuficiência de informações, requisitar a instauração do inquérito policial.

Reforçando o argumento acima, trazemos a ementa do HC 291.817/SC, (rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, DJe de 20/02/2015):

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TORTURA. DISPENSABILIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO PENAL PELO SEU TITULAR. EVENTUAIS VÍCIOS NO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. NÃO CONTAMINAÇÃO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME APROFUNDADO DO CENÁRIO FÁTICO-PROBATÓRIO EM SEDE MANDAMENTAL. INOCORRÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO.**

1. "O órgão acusatório pode oferecer denúncia com base em quaisquer elementos de prova de que tiver conhecimento, não dependendo da prévia instauração ou mesmo da conclusão de procedimento investigatório para que dê início à ação penal". (RHC 39.683/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013).

2. Eventual vício no procedimento investigatório não tem o condão de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa de suas peças, bem como a sua dispensabilidade na formação da opinião delicti.

3. Para se concluir pela inexistência de prova da participação do paciente nos fatos delituosos, a obstar o recebimento da denúncia quanto a ele, seria necessária uma análise acurada dos fatos, provas e elementos de convicção em que se arrimou o juízo originário, o que se afigura inviável em sede de habeas corpus, pois importaria em transformar o writ em recurso dotado de ampla devolutividade.

4. Habeas corpus não conhecido.

### **3.5 Supremo Tribunal Federal**

No STF, sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, corre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5637. Trata-se de uma impugnação ao art. 191 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a competência para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência. O teor deste art. 191 é o seguinte:

Art. 191 – O termo circunstanciado de ocorrência, de que trata a Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, poderá ser lavrado por todos os integrantes dos órgãos a que se referem os incisos IV e V do caput do art. 144 da Constituição da República.

Nesta ADI, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, ora requerentes, pleiteiam, em medida cautelar, a inconstitucionalidade formal e material do artigo acima transcrito em virtude de ofensa aos arts. 5º II, 24, X e §§ 1º e 4º e 144, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal.

Entretanto, o relator, Ministro Edson Fachin proferiu a seguinte decisão monocrática:

Tendo em vista a relevância da matéria debatida nos presentes autos e sua importância para a ordem social e segurança jurídica, adoto o rito previsto



no artigo 12 da Lei nº 9.868/1999, a fim de possibilitar ao Supremo Tribunal Federal a análise definitiva da questão.

Logo, o Ministro Fachin reconheceu a relevância da matéria e de seu importante significado para a ordem social e segurança jurídica, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias.<sup>71</sup>

Importante destacar que o Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 3614, em que seu relator foi o Ministro Gilmar Mendes, ficou o seguinte decidido:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DECRETO N. 1.557/2003 DO ESTADO DO PARANÁ, QUE ATRIBUI A SUBTENENTES OU SARGENTOS COMBATENTES O ATENDIMENTO NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA, NOS MUNICÍPIOS QUE NÃO DISPÕEM DE SERVIDOR DE CARREIRA PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE DELEGADO DE POLÍCIA. DESVIO DE FUNÇÃO. OFENSA AO ART. 144, *CAPUT*, INC. IV E V E §§ 4º E 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.

Percebe-se, de *prima facie*, que a temática da ADI 3614 tangência a proposta desta pesquisa monográfica, entretanto, o que ficou decidido pelo Plenário é que policiais militares não podem realizar o atendimento em delegacias de polícia, pois tal fato caracteriza um desvio de função. Muito menos, os policiais militares, especialmente os subtenentes e os praças, podem realizar atendimentos à população nas delegacias em que não houver um Delegado de Polícia.

Mais recentemente, no dia 22/09/2017, foi julgado monocraticamente o RE 1.050.631 de Sergipe. Neste julgamento incidental, o acórdão da Turma Recursal do Estado de Sergipe da Comarca de Aracaju, alvo do recurso ora estudado, foi assim ementado:

“APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. ART. 69 DA LEI 9.099/95. LAVRATURA PELA POLÍCIA MILITAR. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ATO REALIZADO CONFORME PROVIMENTO 06/2015 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. COMPATIBILIDADE COM OS

---

<sup>71</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de Constitucionalidade**: uma análise das leis 9.868/99 e 9.882/90.

PRINCÍPIOS DA INFORMALIDADE E CELERIDADE QUE REGEM O MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI 9.099/95. BAIXA COMPLEXIDADE DA PEÇA. ATO DE INVESTIGAÇÃO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO DA ACUSAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO”. (eDOC 1, p. 95-96)

O recorrente alega que “não compete ao policial militar lavrar termo circunstanciado de ocorrência, isso porque o TCO é um procedimento administrativo que dá início a persecução penal, fase investigatória, sendo, portanto, atividade de competência da polícia judiciária, isto é, a polícia civil”.

O Ministro Gilmar Mendes, relator deste RE, denegou seguimento com base na Súmula 280 do STF (ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário). Além de o fato concreto ser uma ofensa reflexa à Constituição Federal.

Porém o Ministro relator cita os casos em que o Supremo Tribunal Federal já se debruçou sobre esta questão debatida no RE 1.050.631/SE. Como exemplo, o Ministro Gilmar Mendes transcreve trecho da decisão da Min. Cármen na Reclamação 6612/SE, em que o STF especificamente analisou a mesma matéria, com a diferença de que, na reclamação mencionada, o dispositivo questionado era o Provimento 13/2008, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, que: “dispõe sobre o recebimento de Termo de Ocorrência Circunstanciado lavrado pela Polícia Militar, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais do Estado de Sergipe e dá outras providências”. Eis o trecho:

“Cumpre ainda que se divise, no entanto, se o ato de lavrar um termo circunstanciado se limita à formalização de um relato devido por praça que atenda a um chamado do cidadão, ou se se dá em um ato mais elaborado, a ‘tomar lugar jurídico de delegado de polícia’, envolvendo um juízo jurídico de avaliação (técnica), como mesmo reconhecido pelo Ministro Cezar Peluso em seu voto na Ação Direta da Inconstitucionalidade nº 3.614/PR. Na mesma assentada consta o registro do Ministro Gilmar Mendes (vencido na ocasião), remetendo-se ao voto do Ministro Celso de Melo, em que destaca algo que para o caso agora apreciado muito interessa: ‘(...) Por outro lado, a própria expressão ‘termo circunstanciado’ remete, como agora destacado pelo Ministro Celso de Melo, à Lei n. 9.099, que, na verdade, não é função primacial da autoridade policial civil. A doutrina registra que essa é uma função que pode ser exercida por qualquer autoridade policial. (...)’

Como outro exemplo, o Ministro Gilmar Mendes, destaca trecho do parecer da Procuradoria Geral da República nos autos do RE 1.051.393/SE:

“28. A interpretação restritiva que o recorrente quer conferir ao termo ‘autoridade policial’, que consta do art. 69 da Lei nº 9.099/95, não se compatibiliza com o art. 144 da Constituição Federal, que não faz essa distinção. Pela norma constitucional, todos os agentes que integram os órgãos de segurança pública – polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícia militares e corpos de bombeiros militares –, cada um na sua área específica de atuação, são autoridades policiais”.

Por fim, Gilmar Mendes, afirma que o entendimento da Turma Recursal do Estado de Sergipe da Comarca de Aracaju não diverge do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

O que se propõe com esta pesquisa de conclusão de curso, é reconhecer a legalidade e a competência da Polícia Militar do Distrito Federal, e por reflexo das demais polícias militares de demais entes federados, para lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência. Que nada mais, nada menos é um boletim de ocorrência de autuação sumária, como já foi argumentado no tópico específico.

A razão de existir do TCO é de substituir o moroso inquérito policial, que não se adaptaria aos princípios dos Juizados Especiais Criminais. Entretanto, caso o titular da ação penal pública entenda que há a necessidade de instauração de inquérito, o processo passará para a competência da Justiça Comum, e o devido inquérito, presidido pelo Delegado de Polícia, cumprirá a sua função investigativa.

## **4. CONFEÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA PELA PMDF**

### **4.1 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) ao analisar a demanda de ser possível ou não à PMDF e outras forças de segurança locais lavrarem o Termo circunstanciado de Ocorrência nos moldes da Lei nº 9.099/95, publicou a seguinte decisão:

PROVIMENTO 11, DE 1º DE JUNHO DE 2017  
O CORREGEDOR DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, em virtude de suas atribuições legais, e em vista do disposto no PA 18.652/2016, e

Considerando a inexistência de norma impeditiva da participação de outros agentes de segurança pública no fluxo de procedimentos de registro, coleta de informações e elaboração dos termos circunstanciados de que trata a Lei 9.099/95;

Considerando que se encontra pendente de exame, perante o STF (ADI 5637/MG), a constitucionalidade da atribuição de competência, a outros órgãos policiais diversos das Polícias Judiciárias (Civil e Federal), para a lavratura de Termos Circunstanciados;

Considerando a viabilidade da adoção de procedimento que permita, respeitados os ditames do artigo 144, § 4º, da CRFB, a participação cooperativa da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal na coleta sumária de dados, versões e depoimentos necessários à formalização dos termos circunstanciados que serão enviados ao Poder Judiciário;

Considerando a existência de procedimento administrativo (PA 19.521/2016), iniciado no âmbito desta Corregedoria de Justiça, com o escopo de conferir maior celeridade e economia de recursos nas etapas de elaboração dos Termos Circunstanciados, sem a perda de informações sensíveis, com a possibilidade de coleta dos dados da ocorrência e alimentação, por dispositivo portátil e no próprio local dos fatos, pelos agentes de segurança;

Considerando a informação formalmente recebida da Corregedoria da PCDF, de que já se encontra desenvolvida e disponível, no âmbito da Polícia Civil, ferramenta que permite, com portabilidade e maior agilidade, a inserção, pela Polícia Militar, PRF e DETRAN, dos dados relativos às ocorrências que não demandem perícia, tampouco tenham o comunicante como sujeito passivo secundário, dispensado, com isso, o deslocamento dos policiais militares, rodoviários e agentes do DETRAN até a Delegacia de Polícia;

Considerando que, até a presente data, não foi recebida, na forma acordada e constante das atas de reuniões realizadas no Gabinete da Corregedoria da Justiça, qualquer resposta, por parte dos demais órgãos envolvidos, sobre a aventada integração entre os sistemas das Polícias Civil e Militar, de modo a permitir um modelo cooperativo e compartilhado, capaz de integrar as forças policiais e atender ao interesse público;

Considerando que a ausência de posicionamento desta Corregedoria sobre a matéria em pauta pode vir a acarretar insegurança jurídica, indesejáveis conflitos institucionais e prejuízos decorrentes de eventual nulidade das medidas restritivas aplicadas ao suposto autor do fato,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR os juízes dos juzgados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a receber, mandar distribuir e processar, para o fim de deflagrar procedimento de natureza criminal, os Termos Circunstanciados de Ocorrência iniciados por policiais militares ou rodoviários federais e por agentes de trânsito, por meio eletrônico ou físico, desde que homologados por autoridade a quem se conferem, de forma expressa e inequívoca (artigo 144, § 4º, da CRFB), as atribuições de Polícia Judiciária.

Parágrafo único. Os Termos Circunstanciados de Ocorrência enviados diretamente ao Poder Judiciário, ainda que com a utilização de nomenclatura ou classificação diversa, ou por meio de simples intermediação do Ministério Público, confeccionados por policiais militares ou rodoviários federais e agentes de trânsito, sem a participação da autoridade policial civil, devem ser baixados à respectiva delegacia, circunscricional ou especializada, a fim de que possam ser cadastrados, homologados, ratificados ou eventualmente aditados, por meio de investigações ou exames complementares, no prazo de cinco dias.

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

De *prima facie* ao analisar os “considerandos” do provimento nº 11/2017 da Corregedoria do TJDF, percebe-se que o Tribunal reconhece que não existe no ordenamento jurídico qualquer vedação para que os agentes de qualquer força de segurança pública (além da polícia judiciária) possam participar da elaboração de TCO's.

Porém, diferentemente de Tribunais de Justiça de outras unidades federativas, o TJDF decidiu “ficar em cima do muro” uma vez que a decisão afirma que a PMDF pode elaborar os termos circunstanciados da Lei nº 9.099/95. Todavia, o termo circunstanciado deverá ser homologado pelo Delegado de Polícia Civil, ou seja, toda a primazia adotada pela Lei dos Juizados Criminais que envolvem os princípios de celeridade, economia processual, efetividade, simplicidade, informalidade e oralidade acaba sendo perdida.

Cabe ressaltar que um dos pontos de consideração do ato normativo analisado, é acerca de uma plataforma digital elaborada no âmbito da PCDF em que as demais forças de segurança locais iriam inserir as informações sobre um eventual crime de menor potencial ofensivo, e tais informações subsidiariam a tomada de decisão pelo Delegado de Polícia. Ainda há uma consideração sobre uma integração dos sistemas de informações das Polícias Civil e Militar que atenderiam plenamente o interesse público.

Aqui cabe a crítica de que tomar decisões sobre um mero procedimento de crime de menor potencial ofensivo, que demanda mínimo de esforço burocrático por parte do agente policial, que apenas precisa relatar os fatos e compromissar as partes interessadas de comparecerem ao Juizado Especial Criminal, a uma integração de sistemas de duas instituições com competências divergentes e a toda uma previsão orçamentária, que seria necessária para manter o funcionamento de tais sistemas integrativos, vai totalmente de contramão aos princípios dos Juizados.

Percebe-se que o TJDF ao determinar a homologação pelo Delegado de Polícia dos termos circunstanciados de ocorrência produzidos pela Polícia Militar e pelas demais forças de segurança locais, entendeu que o Delegado deveria realizar um controle de legalidade sobre tais termos de ocorrência. Entretanto, o poder de

fiscal da lei, constitucionalmente é atribuído ao Ministério Público, conforme a determinação do art. 257, II do Código de Processo Penal. Comprovando tal argumento, fazemos remissão ao tópico 3.4 desta pesquisa, especialmente ao HC 291.817/SC de relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura

## **4.2 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**

Acerca da temática desenvolvida nesta monografia, o MPDFT assim se pronunciou no ano de 2016:

As Câmaras de Coordenação e Revisão Reunidas em Matéria Criminal, por unanimidade, com esteio no art. 12, inciso I, da Resolução nº 203/15, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e no art. 171, da Lei Complementar nº 75/93, pelo provimento à presente consulta e pela expedição de Recomendação nos seguintes termos:

Considerando o que consta do PA nº 08190.060238/16-47;

Considerando o que consta dos PAs nº 08190.224820/14-68 e nº 08190.224828/14-70;

Considerando que o art. 144 da Constituição Federal determina ao Estado o dever de prestar segurança pública;

Considerando a decisão exarada no Pedido de Providências nº 0.00.000.001461/2013-22 pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o fato de já terem sido firmados Termos de Cooperação Técnica entre a Polícia Rodoviária Federal e diversos Ministérios Públicos Estaduais acerca da possibilidade de lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência nas infrações de menor potencial ofensivo, nos moldes do art. 69 da Lei nº 9.099/95 e do art. 1º, VII, da Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Ministério de Estado da Justiça;

Considerando o Enunciado 34 do FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais, aprovado em 2002, que estabelece: “Atendidas as peculiaridades locais, o termo circunstanciado poderá ser lavrado pela Polícia Civil ou Militar”;

Considerando que o conceito de autoridade policial previsto no art. 69 da Lei nº 9.099/95 deve abranger todo agente público investido na função de policiamento;

Considerando os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que regem os procedimentos nos juizados especiais (art. 62 da Lei nº 9099/95);

Considerando a natureza descritiva do Termo Circunstanciado de Ocorrência das infrações penais de menor potencial ofensivo, sem caráter de investigação criminal, típico de polícia judiciária;

Considerando a escassez de recursos humanos e a demora da lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela Delegacia de Polícia Civil, que retarda a atuação preventiva e/ou repressiva da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar, o que afronta o princípio da eficiência e prejudica a segurança pública (art. 37 e art. 144 da CF);

Considerando a existência de tratativas entre a Polícia Militar do DF, o 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Distrito Federal, e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para a realização de Acordo/Termo de Cooperação Técnica, no sentido de viabilizar a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência por policiais militares e policiais rodoviários federais, nos termos do art. 69 da Lei nº 9099/95, decide.

**RECOMENDAR**

Aos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, respeitada a independência funcional, que recebam os Termos Circunstanciados de Ocorrência lavrados por policiais militares e policiais rodoviários federais, nos termos do art. 69 da Lei nº 9.099/95.

O Ministério Público, titular da ação penal pública, e fiscalizador das ações penais privada, afirma categoricamente ser possível a atuação dos policiais militares do Distrito Federal na lavratura dos termos circunstanciados de ocorrência.

Além disso, o órgão que por excelência é o destinatário do inquérito policial e que possui o poder de “obrigar” o judiciário ao arquivamento do inquérito policial, considera que o conceito de autoridade policial na inteligência da Lei. nº 9.099/95 abrange todo os agentes públicos investidos na função de policiamento. Além disso, o MPDFT entende que levando em consideração os princípios que regem os Juizados Especiais Criminais, além do fato dos TCO's não possuírem caráter de investigação criminal, típico de polícia judiciária, e por fim, a demora da confecção do Termo Circunstanciado de Ocorrência pela Delegacia de Polícia, recomendou aos integrantes do MPDFT à receberem tais termos circunstanciados lavrados pelos policiais militares do DF.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os argumentos trazidos demonstram que o conceito de autoridade policial na Lei 9.099/95 é bastante genérico. Dado todos os princípios processuais do ordenamento jurídico, especialmente àqueles previstos no art. 62 da lei, é mais do que razoável não restringir tal conceituação apenas ao Delegado de Polícia. Pois além do senso comum de que as polícias civis dos Estados estão totalmente sobrecarregadas de inquéritos sem solução, atribuir mais uma competência exclusiva aos delegados prejudicaria toda a celeridade dos Juizados Criminais.

O termo circunstanciado em “grosso modo” é apenas um boletim policial de autuação sumária, ou seja, possui um leve aprofundamento quanto ao detalhamento dos fatos e das partes envolvidas.

O termo circunstanciado é completamente diferente do inquérito policial. O TCO não possui um roteiro de diligências, não necessita ser instalado por portaria e não precisa ser arquivado. Além disso, caso o MP decida oferecer denúncia, e entenda que é necessária a instalação de um inquérito policial, a competência deixará de ser do Juizado Criminal e passará para a Justiça Comum. Como o TCO só existe no âmbito dos juizados, ele não será utilizado na Justiça Comum.

Por fim, como o termo circunstanciado de ocorrência carece de aptidão para ser um instrumento de investigação criminal, e, além disso, como foi demonstrado nesta pesquisa, o conceito de autoridade policial abrange qualquer autoridade policial, seja ela de polícia judiciária ou ostensiva, restando comprovado que os integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal teriam a plena competência para lavrar o termo circunstanciado de ocorrência.

Como última ressalva, esta pesquisa foi elaborada antes do julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade nº 5637, da relatoria do Ministro Edson Fachin do Supremo tribunal Federal, como foi tratado em tópico específico.



Porém, este pesquisador torce para que o STF entenda os enormes avanços que um eventual reconhecimento de que a autoridade policial da Lei nº 9.099/95 não se restringe ao Delegado de Polícia, trariam à população do Distrito Federal e conseqüentemente ao restante do país. Pois a temática da segurança pública não pode ser restrita às divergências corporativistas das instituições policiais, mas sim tratar efetivamente do que melhor atende ao interesse público.

Atribuindo a função à Polícia Militar do Distrito Federal, e também às demais Polícias Militares do país, de lavrar o TCO, a população brasileira só tem a ganhar. Pois geralmente o primeiro agente policial que faz o atendimento aos cidadãos é o Policial Militar, afinal, constitucionalmente é ele o responsável pelo patrulhamento ostensivo. Sendo assim, tendo o PM a competência de confeccionar o TCO, e no pronto atendimento da ocorrência conseguir que as partes compareçam ao Juizado Especial Criminal, se evitará o encaminhamento das partes até uma Delegacia de Polícia, o policial militar poderá rapidamente voltar à atividade fim de patrulhamento, e as DP's poderão concentrar seus esforços nas investigações criminais de maior potencial ofensivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, José Carlos Gonçalves Xavier de; NALINI, José Renato. **Manual de processo penal**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados especiais criminais federais: análise comparativa das Leis 9.099/95 e 10.259/2001**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Tratado de Direito Administrativo**. 4. ed., vol. III. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Polícia e poder de polícia**. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n.162, p.10-34, out/dez., 1985. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44771/43467>>. Acessado em 5 out. 2017.

DESCOVI PACHECO, Eliana. **A proporcionalidade enquanto princípio**. *Âmbito Jurídico*. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=artigos\\_leitura\\_pdf&artigo\\_id=4351](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4351)> Acesso em: 19 out. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995**. 3. ed. rev. e atual., 2. tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados especiais anotada**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAGE, Ary. **Conflito aparente de atribuições entre autoridades policiais das polícias militares e polícias civis na repressão imediata**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1843/Conflito-aparente-de-atribuicoes-entre-autoridades-policiais-das-policias-militares-e-policias-civis-na-repressao-imediata>>. Acesso em: 18 out. 2017.

LIMA, Marcellus Polastri. **Juizados especiais criminais: o procedimento sumaríssimo no processo penal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 40. ed. atualizada até a Emenda Constitucional 76, de 28-11-2013. São Paulo: Malheiros, 2014.

\_\_\_\_\_. **Polícia de Manutenção da Ordem Pública e suas Atribuições**, in Direito Administrativo da Ordem Pública. Rio de Janeiro: Forense, 2ª Ed., 1987, PP. 154-155.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de constitucionalidade: uma análise das leis 9.868/99 e 9.882/90**. Texto básico da palestra proferida durante o I Simpósio de Direito Público da Advocacia-Geral da União – 5º Região, promovido pelo Centro de Estudos Victor Nunes Leal. Fortaleza, 20 de novembro de 2000.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manual de processo penal e execução penal**. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: forense, 2016.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES ROSA, Paulo Tadeu. **Forças policiais no sistema constitucional**. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*. Florianópolis, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16178-16179-1-PB.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de Polícia Judiciária**. Florianópolis: Editora do Autor, 1997.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003

\_\_\_\_\_. **Manual de processo penal**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.